



# Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Alvaro Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielese - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1996.**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irandi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alyes, Miltinho Puppino, Nelson

Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei n. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996.

**CAPÍTULO I  
DA INCIDÊNCIA**

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território paranaense, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário adquirente aqui localizado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este Estado.

§ 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação ou prestação que o constitua.

## CAPÍTULO II DAS IMUNIDADES, NÃO-INCIDÊNCIAS E BENEFÍCIOS FISCAIS

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea g da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

- I - em tratados e convenções internacionais;
- II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea g da Constituição Federal.

**Art. 4º** O imposto não incide sobre:

- I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III - operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza decorrentes da transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras;

X - serviços prestados pelo rádio e pela televisão, ainda que iniciados no exterior, exceto o Serviço Especial de Televisão por Assinatura.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

- I - empresa comercial exportadora, inclusive *tradings* ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

## CAPÍTULO III DO FATO GERADOR

**Art. 5º** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, na unidade federada do transmitente;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - das prestações onerosas de serviços de comunicação, feitas por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior;

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - da aquisição em licitação pública de bens ou mercadorias importados do exterior apreendidos ou abandonados;

XII - da entrada no território do Estado de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, oriundos de outra unidade federada, quando não destinados à industrialização ou comercialização;

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente, alcançada pela incidência do imposto.

§ 1º Quando a operação ou prestação for realizada mediante o pagamento de ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador no fornecimento desses instrumentos ao adquirente ou usuário.

§ 2º Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário

§ 3º Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclusive, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

§ 4º Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto, observado o disposto no art. 13, nos casos de venda ambulante quando da entrada de mercadoria no Estado para revenda sem destinatário certo.

## CAPÍTULO IV DOS ELEMENTOS QUANTIFICADORES

### SEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO

Art. 6º A base de cálculo do imposto é:

I - nas saídas de mercadorias previstas nos incisos I, III e IV do art. 5º, o valor da operação;

II - na hipótese do inciso II do art. 5º, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 5º:

a) o valor da operação, na hipótese da alínea a;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea b;

V - na hipótese do inciso IX do art. 5º, a soma das seguintes parcelas:

a) valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação,

observado o disposto no art. 7º;

- b) imposto de importação;
- c) imposto sobre produtos industrializados;
- d) imposto sobre operações de câmbio;
- e) quaisquer despesas aduaneiras;

VI - na hipótese do inciso X do art. 5º, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII - na hipótese do inciso XI do art. 5º, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII - na hipótese do inciso XII do art. 5º, o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX - na hipótese do inciso XIII do art. 5º, o valor da prestação na unidade federada de origem.

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto:

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, assim entendidos os que estiverem subordinados a eventos futuros e incertos;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º Não integra a base de cálculo do imposto o montante:

I - do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos;

II - correspondente aos juros, multa e atualização monetária recebidos pelo contribuinte, a título de mora, por inadimplência de seu cliente, desde que calculados sobre o valor de saída da mercadoria ou serviço, e auferidos após a ocorrência do fato gerador do tributo;

III - do acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo promovidas por estabelecimentos varejistas, para consumidor final, desde que:

a) haja a indicação no documento fiscal relativo à operação do preço a vista e dos acréscimos financeiros;

b) o valor excluído não exceda o resultado da aplicação de taxa - que represente as praticadas pelo mercado financeiro - fixada mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, sobre o valor do preço a vista.

§ 3º No caso do inciso IX, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 4º Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, o preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

§ 5º Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

§ 6º Nas vendas para entrega futura o valor contratado será atualizado a partir da data de vencimento da obrigação até a da efetiva saída da mercadoria.

§ 7º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior ao contribuinte que nas operações internas debitar e pagar o imposto em guia especial por ocasião do faturamento.

§ 8º Para os fins do disposto na alínea "b" do inciso III do § 2º deste artigo,

a parcela do acréscimo financeiro que exceder ao valor resultante da aplicação da taxa fixada pela Secretaria da Fazenda não será excluída da base de cálculo do imposto, sendo tributada normalmente.

**Art. 7º** O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, ou a que seria utilizada para tanto, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

**Parágrafo único.** O valor fixado pela autoridade aduaneira para fins de base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

**Art. 8º** Na falta dos valores a que se referem os incisos I e VIII do art. 6º, a base de cálculo do imposto é

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia.

II - o preço FOB estabelecimento industrial a vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial a vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante

§ 1º Para aplicação dos incisos II e III deste artigo, adotar-se-á sucessivamente

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente.

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de sua similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, se o estabelecimento remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a setenta e cinco por cento do preço de venda corrente no varejo

**Art. 9º** Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço no local da prestação

**Art. 10.** Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

**Parágrafo único** Para os fins deste artigo, considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento do capital da outra,

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação,

III - uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias

**Art. 11.** A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I - em relação as operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II - em relação as operações ou prestações subseqüentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário,

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço.

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço fixado.

§ 2º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, a base de cálculo será este preço, na forma estabelecida em acordo, protocolo ou convênio.

§ 3º A margem a que se refere a alínea c do inciso II deste artigo será estabelecida com base nos seguintes critérios:

I - levantamentos, ainda que por amostragem, dos preços usualmente praticados pelo substituído final no mercado considerado;

II - informações e outros elementos, quando necessários, obtidos junto a entidades representativas dos respectivos setores;

III - adoção da média ponderada dos preços coletados.

§ 4º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II deste artigo, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista no art. 14 desta Lei sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

**Art. 12.** Poderá a Fazenda Pública:

I - mediante ato normativo, manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte, como base de cálculo, na falta do valor da prestação de serviços ou da operação de que decorrer a saída de mercadoria, tabela de preços correntes no mercado de serviços e atacadista das diversas regiões fiscais;

II - em ação fiscal, estimar ou arbitrar a base de cálculo:

a) sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados pelo contribuinte, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado;

b) sempre que inoportunizar a exibição ao fisco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação ou da prestação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

c) quando houver fundamentada suspeita de que os documentos fiscais ou contábeis não refletem o valor da operação ou da prestação;

d) quando ocorrer transporte ou armazenamento de mercadoria sem os documentos fiscais exigíveis;

III - estimar ou arbitrar base de cálculo em lançamento de ofício, abrangendo:

a) estabelecimentos varejistas;

b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo único. Havendo discordância em relação ao valor estimado ou arbitrado, nos termos do inciso II, caberá avaliação contraditória administrativa, observado o disposto no art. 56, ou judicial.

**Art. 13.** Na hipótese do pagamento antecipado a que se refere o § 4º do art. 5º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro fixado para os casos de substituição tributária, ou na falta deste o de 30% (trinta por cento).

## SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

**Art. 14.** As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

I - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

a) álcool anidro para fins combustíveis;

b) armas e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;

c) asas-delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 8801.10.0200 e 8801.90.0100 da NBM/SH;

- d) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;
- e) embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 8903 da NBM/SH;
- f) energia elétrica;
- g) fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;
- h) gasolina;
- i) peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no Capítulo 43 da NBM/SH;
- j) perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304, 3305 e 3307 da NBM/SH;

l) prestações de serviços de telefonia;

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a) animais vivos;
- b) calcário e gesso;
- c) farinha de trigo;
- d) máquinas e aparelhos industriais (exceto peças e partes), classificados nas posições 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515 da NBM/SH;

e) massas alimentícias classificadas na posição 1902 da NBM/SH, desde que não consumidas no próprio local;

f) óleo diesel;

g) os seguintes produtos avícolas e agropecuários, desde que em estado natural:

1. abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfavema, algodão em caroço, almeirão, alpiste, amendoim, aneto, anis, araruta, arroz, arruda, aspargo, aveia, azedim;

2. batata, batata-doce, beringela, bertalha, beterraba, beterraba de açúcar, brócolis, brotos de feijão, brotos de samambaia, brotos de bambu;

3. cacateira, cambuquira, camomila, cana-de-açúcar, cará, cardo, carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados, de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, coelhos e aves, casulos do bicho-da-seda, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, centeio, cevada, chá em folhas, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, colza, cominho, couve, couve-flor,

4. endívia, erva-cidreira, erva-de-santa maria, erva-doce, erva-mate, ervilha, escarola, espinafre;

5. feijão, folhas usadas na alimentação humana, frutas frescas, fumo em folha, funcho;

6. gengibre, gergelim, girassol, gobo, grão-de-bico;

7. hortelã;

8. inhame;

9. jiló;

10. leite, lenha, lentilha, losna;

11. macaxeira, madeira em toras, mamona, mandioca, manjeriço, manjerona, maxixe, milho em espiga e em grão, morango, mostarda;

12. nabo e nabica;

13. ovos de aves;

14. palmito, peixes frescos, resfriados ou congelados, pepino, pimentão, pimenta;

15. quiabo;

16. rabanete, raiz-forte, rami em broto, repolho, repolho-chinês, rúcula, ruibarbo;

17. salsão, salsa, segurelha, sorgo;

18. taioba, tampala, tomate, tomilho, tremoço, trigo;

19. vagem;



- h) produtos classificados na posição 1905 da NBM/SH;
- i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes;
- j) sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;
- l) serviços de transporte;
- m) tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado argila ou barro como matéria-prima;
- n) tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas (em todos excetuados peças e partes) classificados nos códigos, posições ou subposições 8701.10.0100, 8701.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 8424.81, 8432, 8433, 8436 e 8437 da NBM/SH;

o) veículos automotores novos, classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8702.90.0000, 8703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8703.23.0299, 8703.23.0301, 8703.23.0399, 8703.23.0401, 8703.23.0499, 8703.23.0500, 8703.23.0700, 8703.23.1001, 8703.23.1002, 8703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.24.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0100, 8704.21.0200, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.31.0200, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 e na posição 8711, da NBM/SH, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, observado o disposto no § 2º deste artigo;

III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com:

a) fonte de alimentação chaveada para microcomputador classificada no código 8504.40.9999 da NBM/SH;

b) gabinete classificado no código 8473.30.0100 da NBM/SH;

c) produtos de informática e automação, produzidos por estabelecimentos industriais, que estejam isentos do imposto sobre produtos industrializados e atendam às disposições do art. 4º da Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991 - desde que relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, baixada por força do art. 6º do Decreto Federal nº 792, de 2 de abril de 1993 - ou da Lei n. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto n. 1.885, de 26 de abril de 1996;

d) fios e tecidos de seda, desde que promovidas por estabelecimento industrial-fabricante localizado neste Estado;

IV - alíquota de 17% para demais serviços, bens e mercadorias, inclusive álcool hidratado.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea o do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - em relação aos veículos classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8704.21.0100, 8704.22.0100, 8704.23.0100, 8704.31.0100, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200 da NBM/SH;

II - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;

III - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo

diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

**Art. 15.** As alíquotas para operações e prestações interestaduais são:

I - 12% (doze por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias e serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;

II - 7% (sete por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior.

## **CAPÍTULO V DA SUJEIÇÃO PASSIVA**

### **SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE**

**Art. 16.** Contribuinte do imposto é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:

I - importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento;

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - adquira em licitação bens ou mercadorias importados do exterior apreendidos ou abandonados;

IV - adquira petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, ou energia elétrica, oriundos de outra unidade federada, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

**Art. 17.** Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento do mesmo contribuinte.

§ 1º Equipara-se a estabelecimento autônomo, o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado no comércio ambulante, na captura de pescado ou na prestação de serviços.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, depósito fechado do contribuinte é o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias no qual não se realizam vendas.

### **SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL OU SUBSTITUTO**

**Art. 18.** São responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - o transportador, em relação à mercadoria:

a) que despachar, redespachar ou transportar sem a documentação fiscal regulamentar ou com documentação fiscal inidônea;

b) transportada de outra unidade federada para entrega sem destinatário certo ou para venda ambulante neste Estado;

c) que entregar a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;

d) transportada que for negociada com interrupção de trânsito no território paranaense;

II - o armazém geral e o depositário a qualquer título:

a) pela saída real ou simbólica de mercadoria depositada neste Estado por contribuinte de outra unidade federada;

b) pela manutenção em depósito de mercadoria com documentação fiscal

irregular ou inidônea;

c) pela manutenção em depósito de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal;

III - o alienante de mercadoria, pela operação subsequente, quando não comprovada a condição de contribuinte do adquirente;

IV - o contribuinte ou depositário a qualquer título, na qualidade de substituto tributário, em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subsequentes - inclusive quanto ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte do imposto, localizado neste Estado - na forma a ser regulamentada em Decreto do Poder Executivo, em relação a:

a) animais vivos e produtos do reino animal, compreendidos na Seção I da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH;

b) produtos do reino vegetal compreendidos na Seção II da NBM/SH;

c) gorduras e óleos animais ou vegetais, produtos da sua dissociação, gorduras alimentares elaboradas e ceras de origem animal ou vegetal, compreendidos na Seção III da NBM/SH;

d) produtos das indústrias alimentares, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados, compreendidos na Seção IV da NBM/SH;

e) produtos minerais compreendidos na Seção V da NBM/SH;

f) produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas, compreendidos na Seção VI da NBM/SH;

g) plásticos e suas obras e borracha e suas obras, compreendidos na Seção VII da NBM/SH;

h) peles, couros, peleteria (peles com pêlo) e obras destas matérias, artigos de correeiro ou de seleiro, artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes e obras de tripa, compreendidos na Seção VIII da NBM/SH;

i) madeira, carvão vegetal e obras de madeira, cortiça e suas obras e obras de espartaria ou de cestaria, compreendidos na Seção IX da NBM/SH;

j) pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas) e papel e suas obras, compreendidos na Seção X da NBM/SH;

l) matérias têxteis e suas obras, compreendidas na Seção XI da NBM/SH;

m) obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes, produtos cerâmicos e vidro e suas obras, compreendidos na Seção XIII da NBM/SH;

n) pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras, bijuterias e moedas, compreendidos na Seção XIV da NBM/SH;

o) metais comuns e suas obras, compreendidos na Seção XV da NBM/SH;

p) máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XVI da NBM/SH;

q) material de transporte compreendido na Seção XVII da NBM/SH;

r) instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, aparelhos de relojoaria, instrumentos musicais, suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XVIII da NBM/SH;

s) armas e munições, suas partes e acessórios, compreendidos na Seção XIX da NBM/SH;

t) mercadorias e produtos diversos compreendidos na Seção XX da NBM/SH;

u) serviços de transporte e de comunicação;

V - o contribuinte, em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI - o contribuinte que promover saída isenta ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão, em relação ao ICMS suspenso ou diferido concernente à aquisição ou recebimento, sem direito a crédito;

VII - qualquer pessoa, em relação à mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo;

VIII - o leiloeiro, síndico, comissário ou liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX - a pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos arts. 131 a 138 do Código Tributário Nacional;

X - o contratante de serviço ou terceiro que participe de prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação.

§ 1º A adoção do regime de substituição tributária será efetivada através de decreto do Poder Executivo, sendo que em relação às operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelas unidades federadas interessadas.

§ 2º A responsabilidade a que se refere o inciso IV fica também atribuída:

I - ao contribuinte que realizar operação interestadual destinada ao Paraná com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes realizadas neste Estado;

II - às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais com energia elétrica destinadas ao Estado do Paraná, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final.

§ 3º Nas operações interestaduais com as mercadorias de que trata o parágrafo anterior, que tenham como destinatário adquirente consumidor final localizado no Estado do Paraná, o imposto incidente na operação será devido a este Estado e será pago pelo remetente.

§ 4º O Poder Executivo, na hipótese do inciso IV deste artigo, pode determinar:

I - a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

II - em relação a contribuinte substituto que descumprir as obrigações estabelecidas na legislação, a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária ou o pagamento do imposto na saída da mercadoria do estabelecimento remetente, cujo transporte deverá ser acompanhado de via do documento de arrecadação;

III - a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao destinatário da mercadoria, em substituição ao remetente, quando este não for, ou deixar de ser, eleito substituto tributário.

§ 5º O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

§ 6º Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 7º Para os efeitos desta lei, entende-se por diferimento a substituição tributária em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações antecedentes.

**Art. 19. Sairão com suspensão do imposto:**

I - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada neste Estado;

II - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de cooperativa de produtores, para estabelecimento neste Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte.

§ 1º O imposto devido pelas saídas mencionadas nos incisos I e II será recolhido quando da saída subseqüente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do imposto, salvo determinação em contrário da legislação.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder suspensão do pagamento do imposto em operações ou prestações internas e de importações, bem como, na forma prevista em convênios celebrados com as demais unidades federadas, em outras operações e prestações.

**Art. 20.** Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

- I - da entrada ou recebimento da mercadoria ou do serviço;
- II - da saída subsequente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada, salvo determinação em contrário da legislação;
- III - ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto

### SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

**Art. 21.** São solidariamente responsáveis em relação ao imposto:

I - o despachante que tenham promovido o despacho ou redespacho de mercadorias sem a documentação fiscal exigível,

II - o entreposto aduaneiro ou industrial que promovam, sem a documentação fiscal exigível:

- a) saída de mercadoria para o exterior;
- b) saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;

c) reintrodução de mercadoria;

III - a pessoa que promova importação, exportação ou reintrodução de mercadoria ou bem no mercado interno, assim como o despachante aduaneiro, representante, mandatário ou gestor de negócios com atuação vinculada a tais operações.

Parágrafo único. A responsabilidade prevista neste artigo é extensiva ao imposto devido por prestação de serviços vinculados a circulação de mercadoria ou bem.

### CAPÍTULO VI DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

**Art. 22.** O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de bem ou mercadoria:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal inidônea;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;

d) o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física ou o do domicílio do adquirente quando não estabelecido, no caso de importação do exterior;

e) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior apreendidos ou abandonados;

f) onde estiver localizado no território paranaense o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, desde que não destinados à industrialização ou à comercialização;

g) o território deste Estado em relação às operações com ouro aqui extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial ou na operação em que perdeu tal condição;

h) onde ocorrer, no território paranaense, o desembarque do produto da captura de peixes, crustáceos e moluscos;

i) o território deste Estado, em relação às operações realizadas em sua plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde se encontre o veículo transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação fiscal inidônea;

b) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 5º e para os efeitos do § 3º do art. 6º;

c) onde tenha início a prestação, nos demais casos;

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 5º e para os efeitos do § 3º do art. 6º;

c) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou domicílio do destinatário.

§ 1º O disposto na alínea c do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de contribuinte de unidade federada que não a do depositário.

§ 2º Para os efeitos da alínea g do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

§ 4º Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

§ 5º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, em operação interna, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 6º O disposto na alínea a do inciso II deste artigo não se aplica quando o valor da prestação estiver incluído no valor da carga transportada, mediante declaração expressa no documento fiscal correspondente.

§ 7º Quando o fato gerador realizar-se em decorrência do pagamento de ficha, cartão ou assemelhados, o local da operação ou da prestação será o do estabelecimento que fornecer esses instrumentos ao adquirente ou usuário.

## **CAPÍTULO VII DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO**

### **SEÇÃO I DAS MODALIDADES**

**Art. 23.** O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou por outra unidade federada, apurado por um dos seguintes critérios:

I - por período;

II - por mercadoria ou serviço à vista de cada operação ou prestação;

III - por estimativa, para um determinado período estabelecido na legislação, em função do porte ou da atividade do estabelecimento.

§ 1º O mês será o período considerado para efeito de apuração e lançamento do ICMS, na hipótese do inciso I deste artigo.

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - o imposto será pago em parcelas periódicas, assegurado ao contribuinte o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório;

II - ao final do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes;

III - o estabelecimento que apurar o imposto por estimativa não fica dispensado do cumprimento de obrigações acessórias.

§ 3º A forma de compensação do imposto, nos casos de pagamento desvinculado da conta gráfica, será estabelecida através de decreto do Poder Executivo.

**Art. 24.** Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao contribuinte o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

§ 2º O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

§ 3º Na hipótese do art. 11 far-se-á a complementação ou a restituição das quantias pagas com insuficiência ou excesso, respectivamente.

§ 4º Além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no anterior, os créditos resultantes de operações de que decorra entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente serão objeto de controle na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, para aplicação do disposto no art. 29, §§ 5º, 6º e 7º.

§ 5º Operações tributadas, posteriores às saídas de que trata o art. 27, incisos II e III, dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a produtos agropecuários.

**Art. 25.** O montante do ICMS a recolher, por estabelecimento, resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto débito-crédito.

§ 1º O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.

§ 2º No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas a:

I - saídas e prestações;

II - outros débitos;

III - estornos de créditos

§ 3º No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas a:

I - entradas e prestações;

II - outros créditos;

III - estornos de débitos;

IV - eventual saldo credor do período anterior.

§ 4º Nas situações em que o sistema de registro de saídas não identificar as mercadorias, a forma de apuração obedecerá ao critério estabelecido pela Fazenda Pública.

§ 5º Em regime especial, a Fazenda Pública poderá autorizar a empresa a efetuar a apuração centralizada do imposto devido em operações ou prestações realizadas por todos os seus estabelecimentos localizados neste Estado.

§ 6º Na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II e o parágrafo único do art. 4º podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I - imputados pelo contribuinte a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - havendo saldo remanescente, transferidos pelo contribuinte a outros contribuintes deste Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 7º Nos demais casos de saldos credores acumulados, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo, permitir-se-á que:

I - sejam imputados pelo contribuinte a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - sejam transferidos a outros contribuintes deste Estado.

§ 8º Os saldos credores acumulados por contribuinte poderão ser utilizados para pagamento do ICMS devido no desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas do exterior por portos e aeroportos paranaenses.

Art. 26. O ICMS relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em convênios.

§ 1º O pagamento do ICMS por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante convênio celebrado na forma de lei complementar, facultar a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores.

## SEÇÃO II DA VEDAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 27. É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - decorrentes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a bens, mercadorias, ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

II - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

III - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior;

IV - quando o contribuinte tenha optado pela dedução a que se refere o § 2º do art. 26;

V - em relação a documento fiscal rasurado, perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a comprovação da efetividade da operação ou prestação por outros meios previstos na legislação;

VI - na hipótese de o documento fiscal correspondente indicar estabelecimento destinatário diverso do recebedor da mercadoria ou usuário do serviço.

§ 1º Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 2º Quando o ICMS destacado em documento fiscal for maior do que o exigível na forma da lei, o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto.

Art. 28. O crédito lançado irregularmente fica sujeito à glosa em ação administrativo-fiscal.

## SEÇÃO III DO ESTORNO DO CRÉDITO

Art. 29. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento:

I - for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou bem ou da utilização do serviço;



II - for integrado ou consumido em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

III - vier a ser utilizado em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV - for objeto de operação ou prestação subsequente com redução de base de cálculo, hipótese em que o estorno será proporcional à redução;

V - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

§ 1º Devem ser também estornados os créditos:

I - utilizados em desacordo com a legislação;

II - referentes a bens do ativo permanente alienados antes de decorrido o prazo de cinco anos contado da data da sua aquisição, hipótese em que o estorno será de vinte por cento por ano ou fração que faltar para completar o quinquênio.

§ 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior, bem como de mercadorias adquiridas no Estado para fabricar papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos de que trata o inciso I do art. 4º desta Lei.

§ 3º O não creditamento ou o estorno a que se referem os incisos II e III do art. 27 e os incisos I, II, III e V deste artigo, não impedem a utilização dos mesmos créditos em operações posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria.

§ 4º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados para produção ou comercialização de mercadorias cuja saída resulte em operações isentas ou não tributadas ou para prestação de serviços isentos ou não tributados, haverá estorno dos créditos escriturados conforme dispõe o § 4º do art. 24.

§ 5º Em cada período, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a um sessenta avos da relação entre a soma das saídas e prestações isentas e não tributadas, exceto as destinadas ao exterior, e o total das saídas e prestações no mesmo período.

§ 6º O quociente de um sessenta avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata* dia, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês.

§ 7º O montante que resultar da aplicação dos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo será lançado no livro próprio como estorno de crédito.

§ 8º Ao fim do quinto ano contado da data do lançamento a que se refere o § 4º do art. 24, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos.

§ 9º O crédito a estornar, nas hipóteses indicadas neste artigo, quando não conhecido o valor exato, é o valor correspondente ao custo da matéria-prima, material secundário e de acondicionamento empregados na mercadoria produzida ou será calculado mediante a aplicação da alíquota interna, vigente na data do estorno, sobre o preço de aquisição mais recente para cada tipo de mercadoria, observado, no caso do inciso V, o percentual de redução.

## CAPÍTULO VIII DA RESTITUIÇÃO

**Art. 30.** As quantias indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, cuja decisão poderá ser delegada, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1º O terceiro que faça prova de haver suportado o encargo financeiro do ICMS sub-roga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2º O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3º A restituição poderá ser processada mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4º Decorridos 6 (seis) meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida ou cientificado o contribuinte do indeferimento, poderá o interessado escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 31.

§ 5º Nas hipóteses do parágrafo anterior e do parágrafo único do art. 31, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte ou responsável, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Art. 31. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

Parágrafo único. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, observado o disposto no § 5º do artigo 30.

Art. 32. A restituição total ou parcial do ICMS dá lugar à devolução de penalidade tributária, juros de mora e correção monetária pagos, atualizados a partir da data do pagamento indevido até a data do despacho concessório.

§ 1º A restituição não abrange as multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

§ 2º Nas hipóteses do § 4º do art. 30 e do parágrafo único do art. 31, o contribuinte atualizará o valor a ser creditado desde a data do pagamento indevido até a data do lançamento no livro fiscal, tendo o despacho concessório efeito meramente homologatório, vedada a utilização da diferença relativa à correção monetária existente entre as datas da apropriação do crédito e do despacho concessório.

## CAPÍTULO IX DO CADASTRO

Art. 33. Os contribuintes deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte.

§ 2º A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do estabelecimento.

§ 3º O contribuinte receberá um número cadastral básico, que o identificará em todas as relações com os órgãos da Secretaria da Fazenda e constará obrigatoriamente em seus documentos fiscais.

§ 4º A paralisação temporária ou o reinício de atividades, bem como as demais alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, devem ser por este comunicadas à repartição fazendária na data da ocorrência do fato.

§ 5º Ocorrendo o encerramento das atividades do estabelecimento, o contribuinte deverá solicitar a exclusão da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a entrega da documentação fiscal.

§ 6º A inscrição cancelada nos termos do § 7º do art. 55 poderá ser reativada desde que o contribuinte tenha regularizado a sua situação.

§ 7º O Poder Executivo poderá dispensar a inscrição, bem como denegar a concessão de mais de uma, para o mesmo ramo de atividade no mesmo local.

Art. 34. Compete ao Poder Executivo expedir decreto estabelecendo as regras para inscrição, alteração, paralisação temporária, exclusão e cancelamento *ex officio*, bem como os modelos dos respectivos documentos.

§ 1º O cadastro deverá conter os seguintes elementos:

I - número de inscrição no CAD-ICMS;

II - número de inscrição no CGC;

III - razão social;

IV - endereço completo;

V - identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

VI - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;

VII - outros que a legislação determinar.

§ 2º Para os efeitos deste artigo e em relação à alteração ou à paralisação temporária, poderá a Fazenda Estadual exigir garantias dos créditos pendentes.

## CAPÍTULO X DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

**Art. 35.** O crédito tributário extingue-se pelo pagamento, podendo, ainda, ser extinto pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem capituladas em cada caso por ato do Poder Executivo.

§ 1º Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, ser liquidados:

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual;

II - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

§ 2º A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso.

§ 3º O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo.

§ 4º Quando o valor do crédito tributário for constituído de imposto e acréscimos, o pagamento de parte do valor total, ainda que atribuído pelo contribuinte a uma só dessas rubricas, será imputado proporcionalmente a todas elas, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 56.

### SEÇÃO II DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

**Art. 36.** Por ocasião da ocorrência do fato gerador, a Fazenda Pública poderá exigir o pagamento do crédito tributário correspondente.

§ 1º O Poder Executivo poderá:

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que atualizado monetariamente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto;

II - antecipar ou postergar o pagamento, nos casos de substituição tributária.

§ 2º Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 3º Os prazos referidos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

§ 4º Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades de interesse do Estado, de preservação ambiental e proteção à natureza, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paranaense, o Governador do Estado, *ad referendum* da Assembléia Legislativa poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º deste artigo, desde que sujeito à atualização monetária plena.

### SEÇÃO III

#### DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

**Art. 37.** Na falta de pagamento na data devida, o valor do crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, utilizar-se-á a variação do valor da Unidade

Fiscal de Referência ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto.

§ 2º Adotada a atualização monetária, é permitida a aplicação *pro rata* do índice.

§ 3º Visando a uniformização do cálculo da atualização monetária do crédito tributário, a Fazenda poderá optar pelo índice fixado pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º A Secretaria da Fazenda divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 5º Quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.

§ 6º Nos casos de parcelamento, a atualização monetária será calculada até a data da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir desta, até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 7º Quando o pagamento da atualização monetária ou dos juros for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do dia em que ocorreu aquele pagamento.

§ 8º Para determinação do valor do imposto a ser exigido em auto de infração, os valores originais deverão ser atualizados, nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto, e desta até a do efetivo pagamento.

#### SEÇÃO IV DOS JUROS DE MORA

**Art. 38.** O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º Em nenhuma hipótese, os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

§ 3º Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6º A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput* deste artigo.

#### SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

**Art. 39.** Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

§ 1º Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação à infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos.

## SEÇÃO VI

### DA REDUÇÃO DAS MULTAS

**Art. 40.** A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55, será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

**Parágrafo único.** As demais multas previstas no § 1º do art. 55 desta Lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas: -

a) em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas, até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

b) em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

## SEÇÃO VII

### DO PARCELAMENTO

**Art. 41.** Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

## CAPÍTULO XI

### DOS REGIMES ESPECIAIS

**Art. 42.** Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

**Parágrafo único.** Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário, de escrituração ou de emissão de documentos fiscais.

**Art. 43.** Os regimes especiais serão concedidos:

I - através de celebração de acordo;

II - com base no que se dispuser em decreto do Poder Executivo quando a situação peculiar abranger vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1º Quando o regime especial compreender contribuinte do imposto sobre produtos industrializados, o pedido será encaminhado, desde que favorável a sua concessão, à Secretaria da Receita Federal.

§ 2º Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas neste artigo.

§ 3º O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente ou por ambas as partes.

§ 4º Os acordos celebrados na forma do inciso I deste artigo deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

**Art. 44.** Incumbe às autoridades fiscais, atendendo às conveniências da administração fazendária, propor, à autoridade competente, a reformulação ou revogação dos regimes especiais acordados.

## CAPÍTULO XII

### DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

**Art. 45.** Constitui obrigação acessória qualquer situação que, na forma da legislação tributária do ICMS, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º Incumbe ao Poder Executivo implementar as normas fixadas em convênio ou ajuste, celebrados entre a União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 2º O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

§ 3º Constituem instrumentos auxiliares de fiscalização os documentos, livros e demais elementos de contabilidade em geral dos contribuintes ou responsáveis do ICMS.

§ 4º Os elementos necessários à informação e apuração do tributo serão declarados na forma e prazo estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

§ 5º Sem prévia autorização do fisco, os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo a permanência destes em escritório especializado de contabilidade mediante comunicação à repartição fiscal de seu domicílio tributário.

**Art. 46.** As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis, na forma da legislação, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias, estabelecidas através de decreto do Poder Executivo.

## CAPÍTULO XIII DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

### SEÇÃO I

#### DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 47.** A fiscalização e orientação fiscal relativa ao ICMS compete à Secretaria da Fazenda.

§ 1º Os Agentes Fiscais incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º É obrigatória a parada em postos de fiscalização, fixos ou volantes, da Secretaria da Fazenda de:

I - veículos de carga em qualquer caso;

II - quaisquer outros veículos quando transportando bens ou mercadorias.

**Art. 48.** As pessoas físicas ou jurídicas contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócios, sujeitos ao ICMS, não poderão escusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

§ 1º Ao Agente Fiscal não poderá ser negado o direito de examinar estabelecimentos, depósitos e dependências, cofres, arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, veículos e demais meios de transporte, mercadorias, livros, documentos, correspondências e outros efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes e responsáveis definidos nesta Lei.

§ 2º No caso de recusa a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos, livros e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia ao recusante, solicitando de imediato à autoridade administrativa a que estiver subordinado, providências para que se faça a exibição judicial.

§ 3º Nos casos de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais, poderá a autoridade fiscal intimar o contribuinte a comprovar o montante das operações e prestações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nos referidos livros, para efeito de verificação do pagamento do tributo.

§ 4º Se o contribuinte se recusar a fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, e bem como nos casos em que a mesma seja considerada insuficiente, o montante das operações e prestações será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios ao seu alcance, deduzindo-se, para efeito de apuração da diferença do imposto, os recolhimentos devidamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição fiscal.

§ 5º A norma que regulamentar benefício fiscal poderá prever a obrigatoriedade da apresentação de documentos comprobatórios do direito ao benefício ou necessários para o seu acompanhamento e controle, ou ainda estabelecer condições para fruição.

**Art. 49.** A Secretaria da Fazenda e seus Agentes Fiscais terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores da administração pública.

**Art. 50.** No levantamento fiscal poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como aplicados coeficientes médios de lucro bruto, ou de valor acrescido e de preços unitários, considerados em cada atividade econômica, observadas a localização e a categoria do estabelecimento.

**Art. 51.** Considerar-se-a ocorrida operação ou prestação tributável quando constatado

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário que esteja escriturado ou não.

II - a existência de título de crédito quitado ou despesas pagas e não escriturados, bem como bens do ativo permanente não contabilizados.

III - diferença entre o valor apurado em levantamento fiscal que tomou por base índice técnico de produção e o valor registrado na escrita fiscal.

IV - a falta de registro de documento fiscal referente à entrada de mercadoria;

V - a existência de contas no passivo exigível que apareçam oneradas por valores documentalmente inexistentes;

VI - a existência de valores que se encontrem registrados em sistema de processamento de dados, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou outro equipamento similar, utilizados sem prévia autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a leitura dos dados neles constantes;

VII - a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para ativo fixo;

VIII - a superavaliação do estoque inventariado.

**Art. 52.** A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em decreto do Poder Executivo, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação ou prestação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

## SEÇÃO II DA CONSULTA

**Art. 53.** A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao ICMS formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

§ 1º As respostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.

§ 2º As repostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

## CAPÍTULO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 54.** Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 55. Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo.

§ 1º Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos deste artigo:

I - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

II - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

III - equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor do crédito do imposto:

a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta Lei;

b) indevidamente transferido, ao sujeito passivo que transferir créditos em desacordo com o disposto na legislação;

IV - equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

b) transportar, estocar ou manter em depósito, bem ou mercadoria abrangidos por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço, abrangida por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhada de documentação fiscal;

V - equivalente a 7% (sete por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;

b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria beneficiados com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço, beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhada da documentação fiscal regulamentar;

VI - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

a) deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente;

b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria tributados, inclusive sujeitos ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;

c) executar prestação de serviço tributada, inclusive sujeita ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhadas de documentação fiscal regulamentar;

VII - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino da mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;



VIII - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços em operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

b) emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída, transmissão de propriedade ou entrada de bem ou mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;

c) adulterar documento fiscal, emitir ou utilizar documento fiscal falso, bem como utilizar documento fiscal de estabelecimento que tenha encerrado suas atividades ou cuja inscrição no cadastro de contribuintes estadual tenha sido cancelada *ex officio*;

IX - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação quando estas sejam abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;

X - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, quando estas sejam tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

XI - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;

XII - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;

XIII - de 1 (uma) UPF/PR por documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) promover a impressão para si ou para terceiros de documento fiscal sem a competente autorização, ou fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ou inidôneo ainda não utilizado;

b) deixar de entregar a repartição fazendária, para inutilização, os documentos fiscais não utilizados;

XIV - de 4 (quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) iniciar suas atividades antes do deferimento do pedido de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado;

b) preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

c) substituir as vias dos documentos fiscais em relação as suas respectivas destinações;

d) deixar de entregar à repartição fiscal de seu domicílio tributário vias de documentos fiscais a ela destinados;

e) retirar do estabelecimento, livros, documentos fiscais, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem autorização da repartição fiscal de seu domicílio tributário;

f) deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido na legislação, via a este destinada de documento fiscal;

g) não comunicar à repartição fiscal de seu domicílio tributário as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, ou deixar de entregar os documentos fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas atividades;

h) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações com isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

i) não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

j) utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legislação;

l) retirar, do estabelecimento do usuário, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

m) deixar de efetuar o cadastramento, no prazo e forma estabelecidos na legislação, no Cadastro de Contribuintes do Estado;

XV - de 6 (seis) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto;

b) deixar de entregar ou informar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os demonstrativos regulamentares;

c) deixar de requerer a sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do Estado no prazo fixado na legislação;

d) por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;

e) deixar de apresentar à repartição fiscal, na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer a sua escrituração no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

f) utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação tributária.

g) emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;

h) lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;

i) deixar de comunicar ao fisco a comercialização de equipamento emissor de cupom fiscal a usuário final estabelecido neste Estado;

j) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações de saída com suspensão ou diferimento do imposto;

XVI - de 12 (doze) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) não apresentar ou não manter em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos fiscais;

b) fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;

XVII - de 24 (vinte e quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) utilizar, sem a autorização, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, ou sistema de processamento de dados, que emita documento fiscal ou cupom que o substitua, ou, ainda, que os utilize em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;

b) utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou rompê-los, sem a observância da legislação;

c) possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impresso ou equipamento de uso exclusivo de repartição da Secretaria da Fazenda.

XVIII - de 6 (seis) UPF/PR, por dia de atraso, até o máximo de 90 (noventa) UPF/PR, ao contribuinte que, devidamente notificado, não apresentar no prazo estabelecido, os arquivos, respectivos registros ou sistemas aplicativos em meios magnéticos;

XIX - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;

XX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos.

§ 2º As multas previstas neste artigo, serão aplicadas sobre os respectivos valores básicos atualizados monetariamente nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, na hipótese do inciso I do § 1º, observadas as reduções concedidas pelo art. 40;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 40, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) UPF/PR em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 5º No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo, ressalvada a prevista no inciso I, exigível nos termos do art. 57, serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do art. 56.

§ 7º Não serão aplicadas as penalidades previstas nas alíneas *a* e *c* do inciso XV deste artigo, no caso de o Poder Executivo determinar o cancelamento *ex officio* da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do contribuinte que, respectivamente, deixar de apresentar o documento de informação e apuração e ficar comprovado, através de procedimento fiscal, a cessação de sua atividade no endereço cadastrado, ou que tenha encerrado suas atividades sem requerer sua exclusão na forma do § 5º do art. 33.

## CAPÍTULO XV DO LANÇAMENTO SEÇÃO I DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL DE INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

**Art. 56.** A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

### I - FASE PRELIMINAR

O procedimento fiscal poderá ser motivado:

a) pela representação - lavrada por funcionário fiscal de repartição fazendária que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária, a qual conterà as características intrínsecas do auto de infração, excetuando-se a obrigatoriedade da intimação do sujeito passivo;

b) pela denúncia, que poderá ser:

1. escrita - devendo conter a identificação do denunciante e a qualificação do denunciado, se conhecida, e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração;

2. verbal - devendo ser reduzida a termo, devidamente assinado pela parte denunciante, na repartição fazendária competente, contendo os elementos exigidos no item anterior;

### II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal considera-se iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção

de documentos ou livros comerciais e fiscais;

c) por qualquer outro ato escrito, praticado por servidor competente, no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado do ato o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

### III - AUTO DE INFRAÇÃO

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a lavratura de auto de infração, por funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se que:

a) o auto de infração não deverá conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda dele constar:

1. o local, a data e a hora da lavratura;
2. a qualificação do autuado;
3. o dispositivo infringido do art. 55 e a penalidade aplicável nele estabelecida;

4. o valor do crédito tributário relativo ao ICMS, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período;

5. a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto, sendo que a assinatura não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravação da penalidade;

6. a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;

7. a assinatura do autuante e sua identificação funcional;

b) as eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo;

c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais;

### IV - APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias e demais bens, livros, documentos e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito, observando-se que:

a) se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias e demais bens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias e demais bens;

b) as mercadorias ou demais bens apreendidos ficam sob a custódia do Chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores das mercadorias ou demais bens;

c) em relação à apreensão de livros, documentos fiscais e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, ou sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo;

### V - INTIMAÇÃO

a) a intimação para que o autuado integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o inciso XI deste artigo, far-se-á:

1. pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, ou da decisão, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento;

2. por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do autuado, quando resultar improficua a alternativa adotada, de acordo com o disposto no item anterior;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do intimado;
2. na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
- c) trinta dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado;

#### VI - DA RECLAMAÇÃO

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo autuado, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o autuado aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação;

#### VII - CONTESTAÇÃO

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado:

#### VIII - DILIGÊNCIAS

O Chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

#### IX - PARECER

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

#### X - REVISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Se, após a lavratura do auto de infração e antes da decisão de 1ª Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será lavrado auto de infração revisional, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação;

#### XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao Diretor da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda, que poderá delegá-la, sendo que antes de proferir a decisão a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado;

#### XII - DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTÂNCIA

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

1. de ofício, da decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 100 (cem) UPF/PR, do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2. ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão;

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) o rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas em lei complementar;

#### XIII - VISTA DOS AUTOS

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao

autuado o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas.

#### XIV - DECISÕES FINAIS

As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) após decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis ao Estado serão executadas mediante intimação do autuado pela Coordenação da Receita do Estado, observado no que couber o disposto no inciso V deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

b) os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de:

1. exclusão do crédito tributário;
2. regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário;

c) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente da nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea *a* deste inciso;

#### XV - DA PARTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO IMPUGNADO

Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

### SEÇÃO II DO RITO ESPECIAL

**Art. 57.** Quando ocorrer a infração descrita no inciso I do § 1º do art. 55, o imposto, acrescido da penalidade, será inscrito automaticamente em dívida ativa, não cabendo em consequência da declaração do próprio contribuinte, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1º A insuficiência no pagamento do imposto, multa, atualização monetária ou juros de mora, acarretará igualmente a inscrição das diferenças em dívida ativa.

§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado através de:

I - correspondência registrada - AR;

II - edital publicado no Diário Oficial, quando não encontrado pela empresa de correios no endereço constante de seu cadastro junto à Secretaria da Fazenda.

§ 3º O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior.

### CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 58.** A partir da eficácia desta Lei todas as infrações à legislação tributária do ICMS serão apuradas de acordo com as normas processuais deste diploma legal e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

**Parágrafo único.** As penalidades previstas nesta Lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

**Art. 59.** Quando, em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, for responsabilizado o Agente Fiscal, esta responsabilidade será ilidida, automaticamente, pelo lançamento das diferenças em processo administrativo fiscal ou em dívida ativa.

**Art. 60.** A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades

privadas, objetivando:

- I - intercâmbio de informações econômico-fiscais;
- II - interação nos programas de fiscalização tributária;
- III - treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

**Art. 61.** Aplicam-se aos demais tributos estaduais os critérios e coeficientes previstos nesta Lei:

- I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;
- II - de cobrança de juros de mora.

Parágrafo único. Os demais créditos de natureza não tributária, para fins de inscrição em dívida ativa, terão seus valores atualizados monetariamente pelos critérios próprios, da data do seu vencimento até a da decisão final e irreformável na esfera administrativa, e, a partir de então, de acordo com os incisos I e II deste artigo.

**Art. 62.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais, nas operações e prestações relativas ao ICMS, mediante a distribuição de prêmios.

**Art. 63.** Fica o Secretário da Fazenda autorizado a:

I - na forma do inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, remittir créditos tributários cujo valor atualizado seja inferior à multa mínima prevista nesta Lei:

II - suspender a expedição de Certidão de Dívida Ativa, pelo prazo de 1 (um) ano ou até que o valor dos créditos tributários devidos pelo contribuinte atinjam o montante atualizado de 30 (trinta) UPF/PR.

**Art. 64.** O art. 18 da Lei nº 8.927, de 28.12.88, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Nas aquisições *causa mortis* ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) do imposto devido.

§ 1º A multa prevista no *caput* será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto, por dia de atraso.

§ 2º Se houver sonegação de bens, direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no *caput*.

§ 3º A multa a que se refere o parágrafo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o infrator se prontificar a pagá-la, juntamente com o imposto devido, desistindo de qualquer reclamação ou recurso.

§ 4º As multas deste artigo poderão ser impostas proporcionalmente aos infratores, ou integralmente a qualquer deles."

**Art. 65.** Na aplicação do *caput* e §§ 4º e 5º do art. 24, e dos incisos I a III e § 1º do art. 27, observar-se-á o seguinte:

I - a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito a partir de 1º.11.96;

II - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º.11.96;

III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 1998.

**Art. 66.** Os programas amparados pelas Leis n. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, e 9.895, de 8 de janeiro de 1992, submeter-se-ão aos regimes de prazos e encargos financeiros definidos nos respectivos regulamentos, limitados os juros ao máximo de 12% ao ano, facultada a dispensa de encargos de qualquer natureza em empreendimentos econômicos novos e em empresas já estabelecidas no território paranaense, considerados de relevante interesse para o Estado, nos termos dos referidos regulamentos.

**Art. 67.** Os dispositivos desta Lei referentes ao transporte aéreo e a alínea *m* do inciso II, do art. 14, produzirão efeitos a partir de 1º.01.97.

**Art. 68.** Ficam revogadas as Leis n. 8.933, de 26.01.89, 9.391, de 1º.10.90, 9.565, de 04.02.91, 9.715, de 23.09.91, 9.884, de 26.12.91, 9.885, de 26.12.91, 10.110, de 13.10.92, 10.257, de 15.03.93, 11.059, de 27.01.95, 11.103, de 1º.06.95, o art. 2º da Lei n.

9.870, de 20.12.91, os arts. 1º e 3º da Lei n. 10.689, de 23.12.93, os arts. 1º e 2º da Lei n. 11.429, de 14.06.96, e demais disposições em contrário.

**Art. 69.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte dias da data da sua publicação.

**Art. 70.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos:

a) desde 16.09.96 em relação ao disposto no inciso II do art. 4º e no § 2º do art. 29 no que se refere ao não estorno dos créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

b) a partir da data da publicação em relação aos arts. 40, 55 e 64.

c) desde 1º de novembro de 1996 em relação aos demais dispositivos, observado o disposto no inciso III do art. 65 e no art. 67.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(aa) NEIVO BERALDIN

VALDIR ROSSONI

ALGACI TULIO

EDGAR BUENO

TECHY FILHO

RENY BORSATTO  
PLAUTO MIRO GUIMARAES

NELSON GARCIA

LUIZ CARLOS MARTINS

WALMOR TRENTINI

RICARDO CHAB

Ofício:

OF. Nº 191/96

Curitiba, 04 de novembro de 1996.

Senhor Presidente,

Através do presente solicito de Vossa Excelência a imediata ação desta Mesa Executiva visando enquadrar os Secretário Deni Lineu Schwartz e Ramiro Wahraftig em crime de responsabilidade por não responderem os Pedidos de Informação (cópia anexa) aprovados neste Parlamento, na data de 29.05.96 e 14.05.96 respectivamente.

Certo da ação imediata de Vossa Excelência antecipadamente agradeço.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 478/96, de 29 de outubro de 1996, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos aos Servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 468/96, de nossa autoria, que dá nova redação ao § 2º da Lei nº 10.969 de 23 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 534/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira e Ricardo Chab, que dispõe sobre escolha, mediante eleição direta, para Assistente de Segurança Pública e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 534/95 dos Deputados José Maria Ferreira e Ricardo Chab que visam dispor sobre a escolha, mediante eleição direta, para Assistente de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 292/96 de sua autoria que concede Título de Cidadão Benemérito ao Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente convocando o Sr. Secretário de Estado dos Transportes a comparecer a este Legislativo para presta esclarecimentos sobre a privatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - FERROESTE, conforme Aviso de Edital de Leilão nº 01/96, de 31 de outubro p. passado, dentre outros aspectos os seguintes:



- quais os estudos que justificam a privatização da FERROESTE?

- qual o montante de recursos investidos até a presente data pelo Estado do Paraná na FERROESTE?

- qual o montante de novos recursos a serem investidos pelo Estado do Paraná na FERROESTE nos próximos anos? qual a finalidade desses novos recursos?

- quais os estudos que estabeleceram o valor do lance mínimo do Leilão da SUBCONCESSÃO em R\$ 25.684.000,00?

- os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira da implantação da FERROESTE previam a SUBCONCESSÃO ou a operação direta pela própria empresa?

- cópia da Minuta Contratual anexa ao Edital.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE e

DOCTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está investindo há anos na FERROESTE. Neste momento pretende-se entregar a operacionalização da mesma à iniciativa privada. É imprescindível que esta Casa tenha informações completas sobre a FERROESTE e os motivos que levam à essa decisão do Poder Executivo.

#### REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente convocando o Sr. Secretário de Estado da Fazenda a comparecer a este Legislativo para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem nº 078/96, transformada no Projeto de Lei nº 446/96, que trata de alterações na Lei do ICMS, dentre outros aspectos os seguintes:

- qual o montante e os termos do acordo feito entre o Estado do Paraná e o Governo Federal para o reembolso das perdas com o ICMS das exportações isentas?

- quais as medidas que a Secretaria de Estado da Fazenda está tomando para cobrar os inadimplentes do ICMS?

- qual o total da renúncia e/ou postergação de pagamento de ICMS concedidas pelo Estado do Paraná, nos últimos cinco (05) anos?

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE e

DOCTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Em 08 de outubro p. passado este Legislativo recebeu a Mensagem nº 078/96, transformada no Projeto de Lei nº 446/96, que trata de alterações na Lei do ICMS.

Porém, até a presente data, nenhuma informação mais substancial chegou a esta Casa, razão pela qual estamos fazendo a presente convocação ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, a fim de nos inteirmos do acordo feito com o governo Federal, bem como de outros aspectos da política fiscal do Estado do Paraná, para podermos nos posicionar com relação à Mensagem em questão.

#### REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente.

Nós Deputados que o presente subscrevemos, no uso de nossas atribuições regimentais, solicitamos o Horá-

rio do Grande Expediente do dia 06/11/96 para o uso da palavra do "Fórum pela Reforma Agrária e Urbana" em ato pelo primeiro aniversário dos fatos ocorridos em Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Cândido Melinski, ocorrido no dia 2 próximo passado, em Lidianópolis - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santa Catarina s/nº, CEP: 86862-000, no Município de Lidianópolis - PR.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Doutor Luiz Fernando de Araújo Pereira, Juiz de Direito da Vara Criminal e da 28ª Zona Eleitoral de Apucarana, ocorrido no dia 30 próximo passado, naquele município.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao Fórum, no Município de Apucarana - PR.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado à família enlutada e inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de profundo pesar pelo falecimento da médica Maria João de Amorim Ferreira, ocorrido no último dia 1º de novembro.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das mais qualificadas cirurgiãs do nosso Estado, realizando uma média de dois transplantes cardíacos por mês, a Doutora Maria João de Amorim Ferreira integrava a equipe de transplantes cardíacos composta pelos Doutores Danton Rocha Loures, Paulo Brofman, Rui Almeida e Edson Ribeiro.

Formada em 1983 pela PUC/PR, estava prestes a defender tese de mestrado na Universidade Federal do Paraná sobre "Tratamento da Válvula Mitral: comparação entre um método cirúrgico e a valvoplastia por catéter balão".

Era estudiosa e compenetrada, reconhecida no meio profissional como um dos valores mais importantes da medicina paranaense. Como integrante da equipe de transplantes cardíacos prestou relevantes serviços para preservação da vida humana.

Que o presente requerimento enseje os sinceros votos de pesar deste Poder à família enlutada, lamentando o seu prematuro e trágico falecimento e registrando o

seu valioso exemplo de vida para as futuras gerações.

REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Doutora Maria João de Amorim Ferreira, ocorrido dia 02/11/96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Consulado Português e ao Serviço de Cirurgia Cardíaca do Hospital Evangélico de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, faleceu no último dia 02/11, a Doutora Maria João de Amorim Ferreira, com a idade de 36 anos.

O passamento da Doutora Maria João de Amorim Ferreira, veio abrir enorme lacuna principalmente, entre seus colegas do Hospital Evangélico - Serviço de Cirurgia Cardíaca e entre os parentes que residem no longínquo Portugal.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou a todos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Sua serva Maria João de Amorim Ferreira.

O céu será grande e a paz sobre a Doutora Maria e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou familiares, colegas e amigos endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Cruz Machado, pela passagem de seus 46 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Alvir Otto, ao vice-Prefeito, Senhor Antonio Koteki, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O município de Cruz Machado, no próximo dia 14 de novembro estará comemorando seus 45 anos de emancipação política. É uma cidade hospitaleira, cuja população acredita no futuro e confia em seus administradores quanto a melhoria de suas estradas e a criação de indústrias.

Toda população de Cruz Machado irá comemorar festivamente o aniversário de sua emancipação política.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo de Cruz Machado já conquistou com trabalho e dedicação, e com o respaldo de seus representantes, satisfatoriamente se transformará em realidade.

Cruz Machado orgulha-se também de possuir uma filha ilustre: a poetisa Helena Kolody, que há 83 anos lá nasceu, e reside em Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumprimenta efusivamente a população de Cruz Machado na certeza de que o progresso é resultado do trabalho diuturno daqueles que labutam em prol da grandeza de seu município e do nosso País.

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Doutor Ricardo Gama Monteiro, médico cardiologista, formado pela Universidade Católica do Paraná em 22/12/83 e que desde então, vem atuando na medicina cardiológica com muita dedicação.

Em 28/01/85 recebeu o Título de Especialista em Cardiologia Clínica pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e Pontifícia Universidade Católica do Paraná; em 10/01/86 recebeu o Título de Especialista em Clínica Médica pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e em 15/10/94 recebeu o Diploma de Especialista em Cardiologia, demonstrando desta forma sua busca em aprimorar-se cada vez mais nessa área médica de suma importância às pessoas. Atende na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e no Hospital Santa Cruz, também em Curitiba.

O Doutor Ricardo tem sido lembrado com muito carinho pelos seus pacientes, os quais, sentindo-se agradecidos, buscaram-nos para que, por meio deste voto de louvor ficasse registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ele merece, pelos seus conhecimentos, carinho e atenção que tem sempre dispensado a todos. Ao Doutor Ricardo, os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Doutora Maria Júlia Caminã Bugallo, médica neuropediatra, que atende no seu consultório situado no Edifício Asa, bem como no Hospital Pequeno Príncipe, nesta Capital. A Doutora Maria Júlia tem sido lembrada com muito carinho pelas mães e pais de crianças, que sentindo-se agradecidos, buscaram-nos para que, por meio deste voto de louvor ficasse registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ela merece, pelos seus conhecimentos, carinho e atenção que tem dispensado aos seus filhos.

A Doutora Maria Júlia, os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Tufi Maron, "in memoriam", alusivos à comemoração do seu 100º aniversário se ainda vivo estivesse.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares do homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Doutor Tufi Maron Filho, na Rua Coronel Dulcídio nº 1240 - Apto. 131, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Tufi Maron, libanês, filho de Jacob Maron e Amélia Abud Maron, veio para o Brasil ainda criança, e viveu 50 anos de sua existência na sua cidade de coração, Paranaguá. Comerciante de sucesso, na cidade berço da civilização paranguara, em muito contribuiu para o desenvolvimento sócio-econômico daquela cidade, dando continuidade aos negócios de seus pais.

O Senhor Tufi Maron faleceu em 1960 em 01/11/96 completaria 100 anos de vida.

A sua descendência muito fez, até os dias de hoje faz, em prol do desenvolvimento de Paranaguá, seguindo desta forma os ensinamentos deixados pelo patriarca Tufi Maron.

#### REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo votos de congratulações ao trabalho da UNAECIC, União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba e Região Metropolitana.

Que do teor do presente dê-se a ciência à Diretoria da UNAECIC.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Órgão federativo das associações, clubes e grêmios das empresas da Região Metropolitana de Curitiba, a UNAECIC tem como objetivo consolidar a posição dessas entidades no contexto das realizações sociais.

Para isso, vem buscando a cooperação entre elas, a fim de que prestigiem a União, estimulando seus associados a participar intensamente das suas programações, visando ao bem-estar e lazer de uma grande parcela de trabalhadores.

A UNAECIC é conduzida pela seguinte Diretoria: Walter Cezar (Presidente); Osnir José Jugler (vice-Presidente); Wilson José da Silva (Secretário); João Batista Matos (tesoureiro); José Adão Batisteti (Diretor de Divulgação); Lúcio A. Rodrigues (Diretor de Lazer e Turismo); Juarez Correa da Costa (Diretor de Relações Públicas) e David Petters Siqueira (Consultor Técnico).

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo a todos os Diretores da UNAECIC, pelo excelente trabalho que vêm realizando e votos de grandes realizações em favor da classe que representa.

#### REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo votos de congratulações a estudantes da PUC/PR premiados no IX Set Universitário.

Que do teor do presente dê-se ciência, além dos homenageados, ao Reitor da PUC/PR e à coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda daquela instituição.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Promovido pela FAMECOS da PUC/RS, o IX Set Universitário reúne trabalhos de estudantes de comunicação de vários Estados brasileiros, da Argentina e do Uruguai.

Concorrendo com 41 trabalhos, entre peças gráficas e eletrônicas, sob a supervisão da professora Celina Alvetti, coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda, a PUC/PR conquistou três premiações:

- Categoria Foto Publicitária: Carolina Lopes Machado, com o trabalho "Sapatos".

- Categoria Vídeo Clip: Ana Lufza Ogg, Carolina de Almeida Cherobin, Daniele Cristina Marchi, Heloisa Helena Walger de Camargo Lima, Lillian Alves Rodrigues Cordeiro e Milene Mayumi Kanda, alunos do 3º ano, com o trabalho "três oitão".

- Filme curta-metragem: Agobar Fagundes Jr., Anna Carolina Catenaci, Daniela Gusso Wagner, Márcio Rodrigo Schwartz, Marcos Daniel Fukuda, Moaçir Ribeiro Jr. e Sandra G.C. de Castro Alvin, alunos do 4º ano, com o trabalho "Cinema".

O excelente resultado é consequência inegável do privilegiado preparo e do incentivo que a PUC/PR dá aos seus estudantes, oportunizando a expressão do talento e da criatividade que lhe são inerentes.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo aos estudantes premiados e à PUC/PR, formulando votos de futuras conquistas no campo da Publicidade e Propaganda brasileira.

#### REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, diante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo votos de congratulações aos vencedores do Concurso de Bandas e Fanfarras, promovido pela União Cívica Feminina.

Que do teor do presente, além dos homenageados, dê-se ciência à UCF.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Tradicional evento promovido pela União Cívica Feminina, o Concurso de Bandas e Fanfarras reúne representantes de quase todo o Estado.

Neste ano, foram os seguintes vencedores:

- Categoria especial de fanfarras: Colégio Estadual Barão de Antonina (Rio Negro).

- Filarmônica: Antoninense (Antonina).

- Bandas Marciais: Guarda Mirim (São José dos Pinhais).

- Fanfarras simples: Instituto de Educação do Paraná (Curitiba).

- Fanfarra infanto-juvenil: Colégio São Mateus do Sul (São Mateus do Sul) e Escola Irmã Elizabeth Werka (Araucária).

- Fanfarra simples juvenil: Escola Estadual São José (Ponta Grossa).

- Fanfarra com pistor/infanto-juvenil: Prefeitura Municipal de Matinhos e Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.

- Fanfarra com pistor/juvenil: Colégio Estadual Barão de Antonina (Rio Negro).

- Categoria especial de fanfarras/infanto-juvenil: Colégio da PMPR e Colégio Estadual Newton Ferreira da Costa (Curitiba).

- Categoria fanfarras/campeão geral: Colégio Barão

de Antonina (Rio Negro).

- Bandas marciais/infantil: ASSOMA (Curitiba).
- Bandas marciais/infanto-juvenil: Guarda Mirim de São José dos Pinhais, Colégio Sagrada Família (Curitiba) e Colégio Bagozzi (Curitiba).
- Bandas marciais/juvenil: Colégio Novo Ateneu (Curitiba), CEFET (Curitiba) e Sociedade Educacional Master (Ponta Grossa).
- Bandas marciais/campeão geral: Guarda Mirim de São José dos Pinhais.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo a todos os participantes do Concurso de Bandas e Fanfarras, aos seus vencedores, aos seus organizadores e a todos aqueles que concorrem para a realização desse grande espetáculo de civismo, inculcando em nossas crianças e jovens os mais saudáveis princípios de moral e civismo.

#### REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo votos de congratulações à Polícia Rodoviária do Paraná, pela comemoração dos seus 32 anos.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Contando com um efetivo de 760 policiais distribuídos em 60 postos, a Polícia Rodoviária do Paraná é responsável por 14.500 quilômetros de estradas estaduais e federais delegadas. Nelas ocorre, mensalmente, uma média de 950 acidentes, com a morte de 60 e ferimentos em outras 800.

Um dos trabalhos da Polícia Rodoviária é no sentido de prevenir esses acidentes, com programas de orientação de trânsito nas escolas e nos próprios postos.

Durante o verão, época de maior movimento nas estradas, realiza-se a Operação Verão, com a mobilização de esforços para prevenção e atendimento a acidentes.

Os 32 anos da Polícia Rodoviária foram marcados - como afirma o Comandante, Fávio de Modesti - por muito suor, luta e sacrifício. Mas, sempre com entusiasmo.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo a todos os integrantes da Polícia Rodoviária, pela dedicação a um serviço de vital importância para a população que se utiliza das rodovias paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, o envio de moção de desagravo ao médico Ricardo Pasquini, e à equipe de transplante de medula óssea do Hospital de Clínicas da UFPR, pelas infundadas denúncias veiculadas pela Rede Globo de Televisão, no Programa Fantástico de 27/10/96.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O serviço de transplante de medula óssea do Hospital de Clínicas da UFPR é reconhecido pela sua excelência, realizando cerca de 60% das intervenções no Brasil e sendo o único credenciado internacionalmente, na América Latina, para operar banco de medula e realizar transplante entre não parentes.

A equipe liderada pelo Doutor Ricardo Pasquini já realizou mais de 800 transplantes desde a criação do serviço, em 1979.

O investimento em infra-estrutura para capacitar o serviço de TMO não contou com aporte de recursos públicos. A Associação Alfrío Pfifer tem emprestado valiosa colaboração nesse sentido.

O HC atende em média 400 mil pacientes por ano, realizando mais de 1 milhão de procedimentos. O convênio com o SUS prevê que até 30% dos atendimentos podem ser realizados através de outros convênios ou de forma particular. No entanto, a quase totalidade dos mesmos é efetuada gratuitamente e faturado contra o SUS.

Os pagamentos efetuados pelo SUS seguem uma tabela definida e são inferiores aos custos dos mesmos em diversos procedimentos.

Além disto, o sistema opera com cota por tipo de procedimento: o que ultrapassar, não é reembolsado. Como o HC não tem recursos financeiros próprios para atender pacientes além das cotas, os mesmos acabam por ter que aguardar, em muitos casos, por um tempo longo, a existência de vagas. Isto também ocorre com o TMO.

Os recursos pagos pelo SUS referem-se basicamente a reembolso dos custos dos procedimentos, não estando relacionados a investimentos em qualificação e infra-estrutura física, elementos fundamentais não apenas para garantir a qualidade dos serviços, como a sua permanente atualização.

A política de saúde no Brasil tem se tomado cada vez mais burocratizada e desumana, impedindo, na prática, que a população tenha acesso a este direito básico da condição humana e cidadã. O HC, para formar os profissionais de saúde da UFPR, poderia atender a apenas 10% dos pacientes que buscam seus serviços, sendo que os 90% restantes se referem à assistência à saúde realizada para suprir deficiências do próprio sistema público.

Além de tudo isso, a Reitoria da UFPR já determinou a apuração das denúncias, de forma que não restem dúvidas.

Conhecedores dos padrões morais e da conduta profissional e social do Doutor Ricardo Pasquini e também da seriedade, competência e dedicação da equipe de TMO do HC da UFPR, que vem salvando inúmeras vidas de todas as partes do Brasil, manifestamos a nossa integral solidariedade, por ocasião da infeliz reportagem veiculada no Fantástico de 27 próximo passado.

#### REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de congratulações ao povo de Morretes pelo transcurso do 263º aniversário de fundação desta cidade.

Desejo que este município trilhe daqui para a frente o rumo da democracia e da moralidade e que fatos recentes da história não mais se repitam.

Desejo ao povo que nasceu e vive em Morretes, bem àqueles que adotaram no coração felicidade e que o ânimo da luta nunca lhes falte.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Péricles Mello e 1 ilegal.

#### REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de atender o pedido dos proprietários de casas na praia de Shangrilá - Portal do Paraná, os quais solicitam a conclusão das obras referentes a abertura da Rua Antonina, no trecho

atrás da Loja de Material de Construção Luizão.

Será um grande benefício para todos a abertura dessa rua.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas legais previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência, expor, para no final requerer o seguinte:

Senhor Presidente, estou sendo procurado diuturnamente pela população de Ponta Grossa, especialmente pelos moradores do bairro de Uvaranas nesta cidade, para reclamar e denunciar a falta de abastecimento d'água constante em suas casas.

Tal acontecimento sérios transtornos e prejuízos vem trazendo aos Município de Ponta Grossa e bairros. O que necessita de providências urgentes na solução.

Na certeza de mais uma vez sermos atendidos em nossa solicitação, requeremos seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente da SANEPAR para que tome as medidas urgentes no saneamento do denunciado, para a preservação do nome da empresa responsável no abastecimento d'água nos municípios paranaenses, por ela jurisdicionados.

No ensejo do presente aproveitamos da oportunidade para reiterar nossos protestos da mais elevada estima e consideração. Bem como agradecer antecipadamente as providências de estilo dessa nossa presidência.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Pedro Sampaio Maian, Digníssimo Ministro da Fazenda; ao Ilustríssimo Senhor Doutor Everardo Maciel, Digníssimo Secretário da Receita Federal e à Senhora Thaisa Jansen Pereira, Digníssima Superintendente da Receita Federal no Paraná, solicitando a manutenção da agência da Caixa Econômica Federal no Município de Capanema, no Estado do Paraná, em vista da construção e abertura da Ponte Internacional ligando Brasil e Argentina, que certamente virá incrementar o movimento daquele estabelecimento de crédito.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) CAITO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a construção e conseqüente abertura da Ponte Internacional, ligando o Brasil e a Argentina, no Estado do Paraná e Província de Misiones, nos Municípios de Capanema e Andresito, respectivamente, entende-se que a agência da Caixa Econômica Federal no Município de Capanema deve ser mantida, eis que certamente seu movimento será incrementado.

Outrossim, o fechamento da referida agência trará numerosas dificuldades à população capanemense e também à região, a considerar-se que a agência mais próxima dista de aproximadamente 100 quilômetros.

#### REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de expediente a todos os Líderes Partidários e o Líder do Governo no Congresso Nacional pedindo a rejeição ao PL

1.457/96 "Lei Cultivares".

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Péricles Mello e 1 ilegal.

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que se esta Lei for aprovada, trará grandes prejuízos para a agricultura brasileira, beneficiando apenas as grandes empresas que passarão a controlar o mercado de sementes, resultando no aumento do custo de produção. Será também um desestímulo à manutenção de variedades tradicionalmente conservadas pelos agricultores e que são a matéria-prima usada pela empresa para a produção das variedades comerciais.

#### REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio e Pedido de Informações ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, para que esclareça os seguintes questionamentos:

1 - Qual é o valor do investimento da montadora de veículos Chrysler em sua fábrica no Estado do Paraná?

2 - Há a participação de recursos públicos ou do FDE (Fundo de Desenvolvimento do Estado) no empreendimento?

3 - Qual a extensão da renúncia fiscal ou dilação de prazo no recolhimento do ICMS que o Estado do Paraná deu ao empreendimento, compreendendo valor e período e em qual Lei se baseou?

4 - O Governo do Estado contribuirá com a compra do terreno para a instalação da fábrica? Se positivo, qual o valor do investimento e qual dotação orçamentária provém?

5 - Como pretende o governo do Estado evitar o dispositivo da Lei Federal 8.666/93, que veda doações pelo Estado?

6 - Se foram ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental na área a ser instalada a fábrica?

7 - Qual é o saldo do FDE (Fundo de Desenvolvimento do Estado) que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?

8 - As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR da montadora serão subsidiadas? Qual o mecanismo a ser empregado para tal subsídio?

Requer ainda seja enviado a esta Casa de Leis cópia do Protocolo de Informações ou instrumento equivalente que formalizou a instalação da montadora de veículos Chrysler no Estado.

Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Ângelo Vanhoni.

#### REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais desta Sessão, o artigo anexo, intitulado "Chiqueiro Limpo" de autoria do jornalista Renato Schaitza, publicado na edição de 03 do corrente, no jornal "O Estado do Paraná".

No articulado, o ilustre cronista da imprensa paranaense assinala a posição lúcida e corajosa do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, quando ocupava interinamente o Governo do Estado, ao decretar medidas de proteção aos produtores de suínos do Paraná, afetados pela miopia de políticas governamentais de outras esferas. Por oportuno, juntamos matéria a respeito da "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 04.11.96.



(a) LUIZ CARLOS ZUK  
Apoio: Basílio Zanusso, Beto Richa, Cezar Silvestri  
e Sâmis da Silva.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 482/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.96

(a) EDUARDO TREVISAN

Apoio: Jocelito Canto, Edgar Bueno, Albanor Gomes, Toti Colaço, Augustinho Zucchi, Ricardo Chab, Sergio Spada, Edno Guimarães, Calto Quintana, Marquinhos Alves, João Techy, Hidekazu Takayama, Neivo Beraldin, Walmor Trentini, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Miltinho Pupio, Duffio Genari, Nelson Garcia, Cezar Silvestri e Reny Borsatto.

### JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher é uma triste realidade que afronta a sociedade, convocando-a para um combate ao machismo, principal causa das agressões.

A criação da Delegacia da Mulher tem se revelado um instrumento que permite uma atenção digna à mulher agredida, oferecendo, além da necessária ação policial, acompanhamento psicológico. O combate às causas da violência dependem da luta, crescente e vitoriosa, das mulheres pelos seus direitos e da educação que forme uma nova sociedade sem preconceitos.

Mas é indispensável, hoje, a ação repressiva e preventiva, que ofereça um mínimo de proteção às mulheres. O Município de Assaí necessita de uma Delegacia da Mulher e para isto solicitamos o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 483/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar Esperança, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.96

(a) ANIBAL KHURY

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, através desta proposição, Associação Lar Esperança, tem por objetivo maior atender as crianças carentes que perambulam pelas ruas da nossa cidade, procurando proporcionar-lhes uma educação integral numa tentativa de recuperar a condição de cidadania.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 484/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente a Constituição Federal de 1967, a gratificação de incentivo, prevista no art. 11 da Lei nº 9.887/91, no art. 2º, V, do Decreto 10.509, de 27 de outubro de

1993, e no art. 4º do Decreto - Lei 465, de 11 de fevereiro de 1969, mediante requerimento; e as demais categorias docentes do Ensino Superior será assegurado o percentual de titulação, conforme ato de nomeação.

Art. 2º - Fica assegurado o benefício da gratificação de incentivo aos docentes que na data de 31 de dezembro de 1995, tinham tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

Art. 3º - Fica igualmente assegurada a gratificação de incentivo aos beneficiários de pensão deferida até 31 de dezembro de 1995.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado expressamente o § 2º do art. 12, da Lei nº 9.887/91, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.96

(a) ANIBAL KHURY

### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no inciso XXXVI, do Art. 5º, cita textualmente que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

A Lei nº 9.887/91, que estruturou a carreira do Magistério Superior do Estado, em seu § 2º do Art. 12, veio a prejudicar aproximadamente 100 professores fundadores do Ensino Superior Estadual. Pois, em sua redação diz que a gratificação de incentivo será atribuída aos docentes aposentados da carreira do Magistério Público de Ensino Superior do Estado, quando requerida pelo interessado e comprovada a Titulação, desde que a mesma tenha sido obtida pelo docente enquanto em atividade. Acontece que os docentes inativos detinham o provimento do cargo de professor Titular, no transcorrer de sua vida profissional, nomeados para o cargo de professor Catedrático (atual professor Titular), tendo em vista Parecer Específico do Conselho Federal de Educação, e que na época era a Titulação e exigência máxima, sendo a Legislação Específica existente para o provimento normal e regular do cargo de docente no Ensino Superior Estadual.

A Titulação acima mencionada foi solicitada ao Conselho Federal de Educação pelo Governo do Estado para a composição do Corpo Docente das Instituições de Ensino Superior, observadas as regras vigentes do dito Conselho, quais sejam: a apreciação individual dos títulos, qualificação e trabalhos inéditos apresentados, os quais aprovados definiram as nomeações. Tal seja: catedráticos, assistentes e instrutores - qualificação esta obtida em pleno exercício de atividade do Magistério Superior Estadual.

Assim sendo, bem se vê que foram cumpridos os critérios, assim como, as exigências da legislação específica pertinentes à época da vida profissional desses docentes, até o ato da inativação homologado e registrado no Tribunal de Contas do Estado. Caracterizando-se, isto posto, as figuras do ato jurídico perfeito e o direito adquirido.

Outrossim, o projeto não objetiva pagamento retroativo, como pode parecer à primeira vista, mas tão somente a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado da presente lei.

Pois, é da nossa intenção acalmar JUSTIÇA aos professores fundadores do Ensino Superior Estadual e lhes fazer valer o preceito constitucional embasado de nossa proposição, fruto do desejo de uma sociedade de direito e democrática.

PROJETO DE LEI Nº 485/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Esta-

dual, o Centro Educacional Renascer, de Cambé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.96

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A Lei nº 11.419, de 30.05.96, que declarou de Utilidade Pública, o Centro Educacional Renascer, carece de alteração, tendo em vista que referida entidade tem sua sede na cidade de Cambé, e não em Londrina, como consta da lei supracitada.

**PROJETO DE LEI Nº 486/96**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Projeto Vida, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.96

(a) SÂMIS DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Filantrópica Projeto Vida, com sede em Foz do Iguaçu, é um Entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência à comunidade iguaçuense, sem distinção de raça, sexo, cor ou credo religioso ou político. Nos seus objetivos, busca contribuir promovendo assistência médica odontológica, psico-social (recuperação de viciados em drogas, álcool, etc).

Conforme se observa da documentação, em anexo, a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres pares desta Casa a aprovação do Plano da Lei em apreço, declarando-a como de Utilidade Pública estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Ilustre Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Estado do Paraná acompanhando as transformações estruturais por que passa o nosso País, está atravessando uma fase de grandes transformações estruturais e estratégicas.

O Governo Jaime Lerner, na onda do neoliberalismo, tem se adiantado, inclusive, em algumas atitudes ao Governo Federal, vide o caso do PROEM, um programa de expansão, melhoria e inovação no ensino médio, que ocorre em nosso Estado, antes mesmo de ser aprovada a nova Lei de Diretrizes Base da Educação, antes mesmo de ser aprovada a nova Lei de Ensino Profissionalizante do Congresso Nacional. Quais também outras ações do Governo de extrema importância para o Estado do Paraná estão ocorrendo, Projetos de Leis estruturais passam por esta Casa em Regime de Urgência e muitas vezes, a própria Assembléia Legislativa passa a ser um ator coadjuvante, simplesmente assiste essas reformas e transformações sem tomar atitudes aprofundadas, como deveria ser, sem poder inclusive fiscalizar com profundidade as ações do Governo.

Esta semana, votaremos uma matéria de extrema importância que diz respeito a mudança da Lei do ICMS e ao mesmo tempo estamos assistindo de forma rápida a privatização, praticamente ou a terceirização, ou concessão de uma ferrovia de importância estratégica para o Estado do Paraná, a Ferroeste, que para ser construída custou muito dos recursos do nosso Estado, muita dis-

cussão, alternativas diferentes foram testadas por sucessivos governos e de repente o Governo do Paraná muda a Lei de concessão e estabelece a modalidade de leilão para privatizar essa importante ferrovia, por um preço pequeno, uma ferrovia que teve investimentos vultosos, de mais de trezentos milhões de reais e para qual se vê novos investimentos no próprio orçamento do Estado para o ano que vem, e de repente por um preço mínimo de vinte e cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais, o Governo coloca um Edital no Diário Oficial do dia 31 de outubro e fará leilão no dia 04, de forma rápida, 04 de dezembro de 1996, às 15:00 horas.

Nossa obrigação como Deputado é no mínimo pedir alguns esclarecimentos mais aprofundados ao Governo do Estado, e por isso, junto com os demais companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nós já apresentamos um Requerimento na quarta-feira passada, o Líder do Governo solicitou que esse Requerimento viesse à discussão na tarde de hoje, será discutido logo mais nesta Sessão da Assembléia, e hoje estamos requerendo junto dos companheiros da nossa bancada a convocação do Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes para prestar os esclarecimentos necessários sobre a privatização da Ferroeste. Nosso requerimento vem pautado dos seguintes termos: os Deputados que o presente subscrevem, requerem o envio de expediente convocando o Sr. Secretário de Estado dos Transportes a comparecer a este Legislativo para prestar esclarecimentos sobre a privatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. Ferroeste conforme aviso de edital de leilão nº 01/96 de 31 de outubro próximo passado, dentre outros aspectos o seguinte. Nós queremos saber do Sr. Secretário quais os estudos que justificam estrategicamente a privatização da Ferroeste, esta importante ferrovia do nosso Estado. Qual o montante de recursos investidos até a presente data pelo Estado do Paraná na Ferroeste. Qual o montante de novos recursos a ser investido pelo Estado do Paraná, na Ferroeste nos próximos anos e qual a finalidade destes novos recursos. Pedimos ainda que o Senhor Secretário nos explique quais os estudos que estabeleceram o valor do lance mínimo do leilão da subconcessão em 25.684.000 reais e quais os estudos de viabilidade técnica econômica e financeira da implantação da FERROESTE que previam a subconcessão ou a operação direta pela própria empresa. Solicitamos ainda a cópia da minuta contratual anexa ao edital, já que vai existir um contrato entre o Estado do Paraná e a empresa ou o consórcio empresa, o conjunto de empresas que ganharem o leilão.

Acho que este é o mínimo que podemos pedir para exercer o nosso mandato que o povo do Paraná nos legou, esperamos que a bancada do Governo nesta Casa nos apoie neste requerimento para que o Sr. Secretário venha nos expor estas questões de grande importância estratégica repito para o nosso Estado.

Neste mesmo caminho de reformas importantes que estão acontecendo no nosso Estado, apresentamos também, acompanhada dos companheiros da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, um requerimento solicitando a presença do Sr. Secretário de Estado da Fazenda a este Legislativo, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem nº 78/96 transformada no Projeto de Lei nº 446/96, que trata de alterações na Lei do ICMS dentre outros aspectos os seguintes: qual o montante dos termos do acordo feito entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, para o reembolso das perdas com o ICMS das exportações isentas. Quais as medidas que a Secretaria de Estado da Fazenda está tomando, para cobrar os inadimplentes do ICMS, que sabemos são em grande número, o valor da dívida com o Estado é um valor enorme no entanto, para o orçamento de cobrança

desta enorme dívida, que se tem com o Estado do Paraná, no que diz respeito ao ICMS e achamos de extrema importância, que o Sr. Secretário nos explique estas questões.

E por último queremos saber o total da renúncia e postergação do pagamento de ICMS concedidas pelo Estado do Paraná nos últimos 5 anos.

Sabemos que o Paraná, na guerra fiscal que se trava entre os estados e é uma guerra que vem há muito tempo acontecendo que é muito discutida, inclusive, por teóricos de planejamento regional, que a constituição brasileira tentou impedir esta guerra fiscal entre os Estados, ao criar um Conselho formado pelos Secretários de Fazenda de todos os estados da Federação, mas infelizmente não conseguiu impedir, e as grandes empresas se aproveitam desta verdadeira guerra entre os estados, para usar do poder que tem para negociação, recebendo grandes vantagens dos estados do Brasil e sabemos que o Paraná tem sido muito pródigo na atração de duas grandes empresas, onde ofereceu isenção de ICMS e várias regalias, várias vantagens, empréstimos e assim por diante e achamos que temos que saber o que está sendo feito, porque não temos que ser participantes destas ações estratégicas, dar a nossa opinião, porque afinal somos o Poder Legislativo e representamos o povo do nosso Estado e temos a obrigação e o direito de saber para poder fiscalizar o Executivo.

Por isso queremos rogar aos Deputados desta Casa de Leis, particularmente aos Deputados da Bancada do Governo que aprovelem este requerimento de convocação do Secretário e aprovelem também os requerimentos que já entramos com os demais companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pedindo informações estratégicas ao Governo o Estado.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer que quarta-feira passada fizemos uma reunião importante, da Comissão de Educação e Cultura, às 16 horas, com a participação de membros do Conselho Estadual de Educação, representantes da APP Sindicato, entidades estudantis, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, vários professores, vários cientistas, participação de Deputados desta Casa, para discutir o PROEN e o Projeto de Decreto Legislativo de lavra do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que recebeu parecer favorável de nossa Comissão.

Entendemos que o melhor que podemos fazer para o Estado do Paraná é que seja adiado o PROEN para 1998 e que os estudantes continuem com o direito de se matricular nos cursos profissionalizantes, nas mais diversas escolas deste Estado, até que saibamos concretamente quais são os cursos pós-médios que serão ofertados, em que municípios, quais os currículos desses cursos, que modalidades de curso vai ser ofertado, para que não demos mais um cheque em branco ao Governo, que vai impedir as matrículas nos cursos profissionalizantes com a promessa vaga, sem nada de concreto, que em 1998, vai começar o ensino pós-médio nos vários municípios, nas escolas do nosso Estado.

Esta foi a conclusão da Comissão de Educação desta Casa. Formamos uma Comissão para nos assessorar com membros do Conselho, da APP, da ANDES, representantes estudantis, Deputados, para discutirmos então e analisarmos com profundidade o Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que desde já merece o nosso apoio e estudar também formas de intervenção jurídica, com relação ao PROEN.

Por hoje era isto, muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvia aqui o Deputado Péricles trazer a sua preocupação sobre a questão do ICMS, sobre a questão da educação, que são duas questões que esta Casa vai debater nos próximos dias, uma, Deputado Zuk, que é pela oportunidade que teremos de debater a questão do Projeto de Decreto Legislativo, que vai sustar esta ação irresponsável, porque é criminosa a atitude do Secretário de Educação de querer extinguir o ensino profissionalizante no Paraná. Esta Casa vai ter que se posicionar sobre esta questão, porque não é possível que um Secretário de Estado com duas ou três pessoas que não têm a menor sensibilidade com a questão da educação possam na verdade, querer fazer um ato que é prejudicial ao Paraná inteiro.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vim aqui a esta tribuna hoje, para falar sobre a questão da Educação, vim aqui, sim, reapresentar o meu requerimento, que é um pedido de informações, para que o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná responda a esta Casa, quais foram as bases do entendimento que o Governador Jaime Lerner - e parece que é só ele e o Chefe da Casa Civil, o Sr. Giovanni Gionedis.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que esta Casa aqui na última semana debateu e em cima inclusive do requerimento, ficou acertado que nesta semana uma Comissão Especial será constituída e segundo as palavras do Exmo. Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, uma Comissão composta de sete Parlamentares para que possamos dar na verdade a oportunidade da representação de todas as bancadas, que compõem este Parlamento se constituirá para analisar os benefícios, o que foi concedido à Indústria Renault, quando da sua instalação.

Agora, Deputado Péricles, já estou convencido que essa Comissão tem que ser um pouco mais ampla, basta ver a matéria que o Jornal "A Folha de São Paulo", e é uma coisa incrível, que tem que ser um jornal lá do Estado de São Paulo, para publicar quais são as bases da vinda da Indústria Chrysler.

E eu, hoje pela manhã, recebi, através do meu gabinete que me foi passado pelo Senador Requião, o original em inglês do comparativo das ofertas que fez o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul, para a vinda da Chrysler.

E aí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fica fácil, Deputado Alborghetti concluir, porque é que a Chrysler resolveu vir para o Paraná, só na questão do ICMS, financiamento de dez anos de isenção de ICMS e o pagamento de daqui a dez anos só com correção monetária, sem juro, com financiamento de 75% de ICMS sendo pago Deputado José Maria pelo FTE.

O benefício da Chrysler na questão do ICMS tem um limite, o Governo foi muito sério ao estabelecer o limite, só pode se beneficiar a Chrysler por duas vezes o valor do investimento que fizer no Município de Campo Largo; além disso só vai receber a doação do terreno, tarifa com desconto de 25%, rodovia que a interligue, meios de comunicação, toda a estação de geração de energia elétrica, que qualquer empresa que tem que instalar um simples transformador de 50 KVA já passa as maiores dificuldades, toda a instalação de energia elétrica e fornecimento de água tratada para a Indústria Chrysler.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu antes queria saber quais eram os investimentos que aconteceriam, agora cheguei a conclusão do seguinte: quero saber qual é a participação, porque não é possível, o Estado do Paraná tem que ser sim, sócio, e sócio ma-



jonitário da Chrysler, ou então, pelo amor de Deus, não é possível que todos os benefícios que estão sendo concedidos e que o Governo trata como segredo de Estado, e tem que tratar mesmo porque não há Governo que se sustente num regime democrático, que ofereça essas condições da vinda de uma empresa em detrimento ao conjunto das empresas paranaenses, das pequenas e médias e grandes empresas paranaenses estão falindo porque não têm capital de giro, porque não têm dinheiro, porque estão sendo executadas pelas mais diversas razões que não conseguem honrar a sua folha de pagamento.

**O Sr. Valdir Rossoni** - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Romanelli, tudo que o Governo do Paraná está fazendo no ramo de incentivar a instalação de indústrias no Paraná está dentro da lei, e diga-se de passagem uma lei do Deputado Anibal Khury, e uma lei sancionada pelo Governador Roberto Requião.

A pergunta que o bom paranaense deve fazer neste momento, e que estão fazendo de incentivos, isso não podemos negar, entre os Estados para instalação de indústrias, o que nós, paranaenses, temos que perguntar é o seguinte: "Quantos empregos traria o Paraná se essa indústria se instalasse no Rio Grande do Sul, qual seria o benefício que o Paraná teria se esta Chrysler se instalasse em São Paulo?" Esta é a pergunta que o paranaense deve fazer.

Agora se não tivesse se instalado no país esta guerra fiscal, que está se instalando para incentivo das indústrias, aí sim, tenho certeza, Deputado Romanelli, que se o Paraná tivesse perdido a Renault, tivesse perdido a Chrysler, Vossa Excelência estaria em cima deste mesmo lugar, fazendo um pronunciamento veemente, cobrando atitudes da morosidade do Governo Jaime Lerner.

Num momento em que o Governo Jaime Lerner age competentemente à frente de todos os outros estados do país, e temos estas conquistas, vejo V. Exa., fazendo um discurso, que não cabe para o momento em que estamos trabalhando para o Paraná, para transformarmos a economia.

Tenho dito que o Governador Jaime Lerner será para o Paraná, o que Juscelino Kubitchek foi para o Brasil, sem sombra de dúvida.

Estes benefícios, de que o Paraná está recebendo agora, e que trará emprego e desenvolvimento, sem sombra de dúvida, eu, como paranaense estou feliz. Não gostaria que estas conquistas fossem feitas pelo Estado de São Paulo e pelo Estado do Rio Grande do Sul.

E este o pensamento que o povo do Paraná tem e não concorda com Vossa Excelência.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI** - Deputado Rossoni, vou encaminhar a Vossa Excelência uma cópia, um quadro comparativo das vantagens oferecidas pelo Governo do Rio Grande do Sul e o do Paraná.

Vossa Excelência, embora tenha feito um raciocínio simplista, não o é. É um homem preparado. É inteligente. E respeito muito a lealdade, que Vossa Excelência tem ao Governador Jaime Lerner. Quicá todos tivessem a sua lealdade.

Não estamos aqui para analisar, Deputado Rossoni, as nossas lealdades pessoais, seja a quem quer que seja. Estamos aqui para discutir benefícios, que foram concedidos, através de um protocolo de intenções, que o Governo insiste em dizer, que é segredo de Estado. E, quando, o Senhor ler aqui, que está sendo oferecido na matéria tributária, por exemplo, na questão do ICMS,

Deputado Luiz Carlos Zuk, o Governo manda, por exemplo, uma lei "draconiana", que o ICMS pode ser recolhido no ato em que a empresa realizar a operação, por exemplo, de importação. A Chrysler tem todos os benefícios fiscais possíveis e imagináveis. Aliás, alguns, na minha avaliação, são absolutamente inimagináveis. Por exemplo, no transporte coletivo: garantia de fornecimento de transporte público para o transporte de funcionários da Chrysler.

Ora, todos sabemos como funcionam os distritos industriais. Lá, em Ponta Grossa, a maioria das empresas têm todos os seus veículos para transportar os seus funcionários. Aqui, na Cidade Industrial, também funciona assim. Ou não funciona assim? Lá, em Londrina, Deputado Alborghetti, as empresas que estão sediadas longe do sistema viário e do serviço de transporte público.

Não é possível, que o Estado cometa mais uma vez a ilegalidade. É ilegal. Na Lei nº 8.666, é terminantemente proibido, que o Governo doe o terreno, aquele que doou o terreno e a infra-estrutura e se compromete a buscar, junto ao BNDES um custo reduzido, o dinheiro para financiar a edificação.

O ICMS da importação das máquinas será todo ele creditado como se houvesse a operação sendo ela tributada.

Os ganhos, que esta empresa está tendo, segundo um especialista, que me subsidiou, hoje, pela manhã, chega a uma vez e meia de um valor de investimento, que ela irá fazer, aqui, no Paraná. A troco, - Deputado Cartário, a quem quero ter a honra de conceder um aparte, logo depois de ouvir o Deputado Nereu Moura, - de quatrocentos empregos, que reconhecidamente, poderíamos aplicá-lo muito melhor, se distribísse esse benefício por tantas empresas paranaenses e brasileiras, que querem, claro, se instalar no Paraná, como é o exemplo das Duchas Corona de Londrina, que não consegue se instalar aqui, porque o Governo se recusa a receber o representante e conceder às Duchas Corona os benefícios, que pode e ele quer conceder à Chrysler.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

**O Sr. Nereu Moura** - Deputado Romanelli, o que nos causa alguma perplexidade é de observarmos que o Governo do Paraná concede grandes atrativos para que indústrias estrangeiras venham se instalar no nosso Estado, gerando, na ponta, um mínimo possível de retorno ao nosso Estado.

Na verdade, a curto prazo, são grandes os prejuízos que o Paraná terá.

Agora, já estamos há dois anos, lutando no Banco do Estado e no FDE para que o Governo aporte em torno de 12 milhões de reais, para instalar um frigorífico na Cidade de São João, no Sudoeste do Paraná, e infelizmente não encontramos, por parte do Governo do Estado, nenhuma atitude, nenhuma providência para que possamos levar para o interior do Paraná também o desenvolvimento que se verifica e que se verificará daqui a 5, 10 anos aqui em Curitiba e na Região Metropolitana, com a instalação dessas indústrias.

E este frigorífico que conseguimos já dos proprietários e a intenção de se instalar no interior do Paraná, com 12 milhões de reais iriam gerar 600 empregos diretos e 2.000 empregos indiretos. E mais ainda, acrescentando a estes dados, iríamos fixar muitos pequenos suinocultores e agricultores que hoje estão abandonando a vida da roça, a vida do campo, para vir para a cidade, porque já não conseguem mais viver no interior e na agricultura. E do Governo não encontramos uma ressonância, em que pese nosso esforço, a nossa luta, sobretudo no Banco do Estado do Paraná, para que viabilize estes recursos para que o interior do Paraná também

deixe de viver somente da produção de grãos e parte para a industrialização de seus produtos.

Então nos causa perplexidade estas notícias que recebemos, estas empresas que o Paraná tem conseguido trazer para Curitiba e Região Metropolitana e o nosso interior do Estado, infelizmente, esquecido, abandonado. Nosso povo que vive lá no interior não consegue as mesmas façanhas que Curitiba e a Região Metropolitana conseguem com a viabilização de tantos e tantos benefícios para que uma multinacional venha aqui se instalar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Nereu Moura.  
Concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Romanelli, obrigado por este aparte.

Seu assunto é dos mais interessantes e polêmicos que se aborda na tarde de hoje.

Entendo que todos nós que aqui estamos, Deputados que representamos todos os municípios, mas sempre tem um que somos mais chegados, e certamente que todos os Deputados gostariam de levar uma grande indústria ao seu município, isso sem dúvida nenhuma. Agora, o que está acontecendo ultimamente, são colocações que o Governo atual, que usa como slogan "A transformação", quando o Paraná já teve outros slogans como: "Paraná, aqui se trabalha", "Gente mais perto de gente" e tantos outros. Agora o que nos preocupa, Deputado Romanelli, é que alguém, muito chegado ao Governo, use a Assembléia, os Deputados que aqui se preocupam com a lisura do bem público, que nos coloquem na rua como os adversários do progresso do Paraná.

Então deixar bem claro que todos os 54 Deputados estamos imbuídos de uma profunda grandeza para que o Paraná realmente se industrialize, mas de uma forma mais democrática do que esta que aí está.

É justo que a Assembléia tome conhecimento do que se pode e não se pode oferecer aos grandes empresários, porque, Deputado Romanelli, pasmem os Senhores, apresentei um projeto nesta Casa, para que todos os municípios considerados de baixa renda, ou seja, que os municípios que não tenham a sobrevivência através do recurso do ICMS, fossem contemplados com incentivos de uma redução de 7% do ICMS para que ali se colocasse indústrias, ou seja, qualquer município do Paraná poderia obter uma indústria, até atingirmos o nível de três zeros no início do Índice do ICMS.

O que o Governo do Estado fez, após 54 Deputados votarem a favor, aqui nesta Casa, passar pela Comissão de Finanças e outras, simplesmente o Governador achou, através da sua assessoria, que era inconstitucional. Veja que absurdo, é aí que temos que nos preocupar, afinal de contas esse Governador governa o Paraná ou governa apenas uma pequena parcela? Porque o nosso projeto não era inconstitucional, tanto é que a Assembléia aprovou o projeto, está aí inclusive para ser derrubado o Veto, e espero que os Srs. Deputados derrubem esse Veto, para que todos os municípios tenham o mínimo, que seria uma pequena indústria a se beneficiar.

Hoje estamos sentindo o seguinte, o caso por exemplo, da Fazenda Rio Grande, Deputado Romanelli, quando faltava uns 20 dias para a eleição o Governador Jaime Lerner, através de um funcionário seu, do Palácio do Governo, que era o seu candidato a Prefeito, chegou na Fazenda Rio Grande e falou: "Olha, esse candidato me convenceu, tenho que trazer a maior indústria de eletrodomésticos do mundo para a Fazenda Rio Grande." E o povo votou no candidato do Governador, até mesmo eu

que tenho mais de mil lotes para vender na cidade, de minha propriedade, até eu comecei a ser um admirador e um apaixonado da maior indústria de eletrodomésticos do mundo, que vá para a Fazenda Rio Grande, porque inclusive, serei beneficiado, vamos esquecer, "amigos, amigos, negócios à parte".

Então ganhou o candidato do Governador na Fazenda Rio Grande, e está garantida a maior indústria de eletrodomésticos do mundo para a Fazenda Rio Grande. Inclusive falávamos da Chrysler também, mas esta parece que já houve uma outra negociação, que é para a Cidade de Campo Largo, um município que merece essa indústria, como qualquer município do Paraná merece.

Cumprimento a todos aqueles cidadãos que estão sendo contemplados, e fico aqui preocupado, Deputado Romanelli, muito preocupado em saber que municípios pequenos não terão esta oportunidade, porque o nosso projeto foi considerado "não aproveitável", porque se trata de um Deputado, e nesse Estado do Paraná, atualmente, nesse Governo, é apenas meia-dúzia que governa o Estado. E eu até digo, nós aqui, simplesmente podemos fazer o seguinte: contratar um grande jurista e saber se esse acordo que o Governador fez com a empresa, se também não é o que ele fala aqui para os Senhores Deputados, meramente inconstitucional.

Obrigado pelo aparte!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Consulto o ilustre Deputado que está no Plenário, o Horário do PMDB já esgotou, se o PSDB concede o Horário.

Cedido o Horário do PSDB, a palavra continua com o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria conceder um aparte ao Deputado José Maria Ferreira e agradecer ao Deputado Cezar Silvestri por ceder o Horário do PSDB.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Romanelli, é interessante e extremamente importante que esta Assembléia dedique este tempo e esta preocupação com tão importante matéria.

O que precisamos primeiro saber, da Liderança do Governo, é se as informações veiculadas pela "Folha de São Paulo", corroboram com a verdade. E aí é que gostaríamos do pronunciamento do próprio Governador, porque até a semana passada, foi argumentado nesta Casa que era um segredo de Estado. E para o bom desenvolvimento para o "Programa de Industrialização", era interessante não só ao Paraná, mas também para as futuras negociações, que este segredo fosse mantido, ou estas reservas de informações ficassem apenas com a autoridade governamental. No entanto, a Folha de São Paulo de hoje, circula com algumas informações extremamente importantes: 75% de financiamento do ICMS, com 10 anos para pagar, 10 anos de carência, sem juros e apenas com a correção monetária. Estrada que liga a fábrica a uma BR mais próxima, não sabemos a distância, custo e nem a que benefício trará a construção dessa estrada aos demais membros da comunidade; 25% de desconto na energia elétrica.

Ora, não tenhamos dúvidas que estamos fazendo uma distinção entre as empresas já instaladas e as empresas que estão por vir a instalar. E como vai ficar esse desconto de 25%, se vão ser descontos que apenas agravarão o Estado ou vai ser retirado do bolo do ICMS. São informações que precisariam ser complementadas pela Liderança do Governo. Entrepósito aduaneiro e Estado ainda oferece o aluguel de graça.

Deputado Alborghetti, o Estado está oferecendo um aluguel de graça daqui até quando a fábrica estiver

em funcionamento, que é o posto aduaneiro de Curitiba que poderá ser utilizado sem o pagamento de um centavo de custo pela utilização desse espaço.

Ramificação da estrada de ferro de Paranaguá até a instalação da indústria. São investimentos, que não sabemos, são investimentos que precisamos aquilatar, precisamos quantificar, para saber até onde a ação governamental está atendendo os interesses do Paraná.

E além do mais, temos com relação ao BNDES. O Governo está disposto a ir até o BNDES e usando da sua força intermediária através do BANESEADO de fazer com que à parte de verificação desta nova fábrica seja também possibilitado o financiamento.

Agora, perguntaria, quando Vossa Excelência fez uma colocação que não precisava ver quanto o Estado está participando, mas com quanto ele vai participar na composição societária. É muito correto, porque não estamos apenas oferecendo incentivo dentro do Paraná, estamos participando financeiramente na instalação, na montagem desta nova indústria.

Aí pergunto e caminhar na posição não de contrário a ação do Governo, porque reconhecemos, nobre Líder Rossoni, que o Governo do Paraná e os Estados hoje, está numa verdadeira guerra, e esta guerra é reconhecida e não temos como negar. E precisamos defender o Estado do Paraná.

Agora, aonde vai esse interesse? Será que o Paraná teria condições de fazer o que vem fazendo para a região Curitiba, para todo o interior do Estado. Será que tem condições de atender à solicitação do Nereu Moura com relação ao frigorífico? Será que tem condições de atender a Duchas Corona e outras indústrias, que deverão se instalar por este interior do Estado? Esta é a grande pergunta que fazemos. É a pergunta sobre a qual esta Assembléia precisa se dedicar, porque caso contrário, nós, que hoje temos no Governo uma plêiade de urbanistas de renome, estaríamos concentrando as dificuldades econômicas todas numa região e esvaziando as demais áreas populacionais do Estado.

É uma questão extremamente complicada, é extremamente delicada o que o Governo do Paraná vem hoje fazendo com os incentivos fiscais, porque não está disseminando para o Estado, nobre Deputado Caíto, mas está sim, concentrando numa área já com problema, trazendo realismo problemas para outras áreas.

Então é um momento de analisarmos e reconhecermos, se está havendo transparência e se é o interesse do Estado do Paraná que está sendo colocado em discussão.

Essas são as colocações que fazemos especialmente ao Líder do Governo.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero ler aqui, porque o Deputado José Maria Ferreira, tocou em alguns pontos, mas vejamos a gravidade do que está acontecendo, não vamos falar dos benefícios financeiros, vamos falar dos benefícios dos impostos. (Lê):

## 2 - Benefício de Impostos.

Bens de Capital:

Isenção do ICMS nas importações diretas ou indiretas de maquinários, equipamentos e instrumentos não manufaturados no Brasil, destinados a serem incorporados aos bens patrimoniais visto que os bens de capital importados gozam de isenção de imposto ou taxa 0% de IPI ou Taxa Alfandegária de Importação. (Convenção 60/93, modificada pelas Convenções 2/94 e 122/95 até 30.04.97).

Isenção de ICMS nas importações diretas e indiretas de máquinas, equipamentos e instrumentos com similares manufaturados no Brasil, os quais serão incorporados como bens patrimoniais da CHRYSLER. Isenção do pagamento de diferencial das taxas de ICMS sobre as aquisições de bens de capital nas operações interestaduais adquiridos de fornecedores localizados no Paraná, monetariamente corrigido:

a - como um crédito para compensar o ICMS devido pela companhia nas suas transações comerciais normais, até o limite de 25% do débito do balanço mensal de imposto; ou

b - como pagamento de matéria-prima adquirida de fornecedores locais;

## Matéria-Prima e Componentes:

O Estado do Paraná, através da Secretaria de Finanças do Estado, se responsabiliza em prover, sem nenhum custo para a CHRYSLER, em canal direto de acesso, via Telecomunicação, para seu sistema de computação a fim de melhorar a troca de informação, expedir e facilitar a compreensão entre as obrigações fiscais e tributárias.

## Peças e Acessórios:

A possibilidade de adiar o pagamento do ICMS devido pela aquisição de matéria-prima, partes, peças e componentes produzidos no exterior, importados pela CHRYSLER e passados pela alfândega do Estado do Paraná, até o momento em que o produto final é vendido pela CHRYSLER nas suas concessionárias.

O direito de efetuar o pagamento do ICMS devido sobre matéria-prima, partes, peças e componentes adquiridos dentro do Estado do Paraná no momento da venda dos veículos nas concessionárias.

## Veículos:

O direito de adiar o pagamento do ICMS devido sobre veículos importados durante a fase de construção da fábrica, até o momento de documentar o veículo para o cliente final.

Os benefícios tributários estipulados aqui acima não excluem outros benefícios já adquiridos ou que possam vir a ser estabelecidos por lei, tais como aqueles previstos nas Convenções 52/91, 8/92, 13/92, 45/92, 109/92 e 148/92.

## Fornecedores:

O direito de usar 100% dos créditos acumulados de ICMS:

a - para pagar os fornecedores locais do Estado do Paraná;

b - para pagar o ICMS devido por outros estabelecimentos da CHRYSLER localizados no Estado do Paraná;

c - para pagar energia elétrica.

Os mesmos benefícios tributários são também extensivos às operações da CHRYSLER com fornecedores industriais já estabelecidos ou que venham a ser estabelecidos no Estado do Paraná à medida que forem fornecendo à companhia.

3 - Benefícios relacionados com direitos aduaneiros, infra-estrutura e logística.

## Alfândega:

O regime especial para produtos importados no entreposto aduaneiro será adotado beneficiário a CHRYSLER e suas afiliadas. Durante o período de construção da fábrica, a CHRYSLER e suas afiliadas podem usar o entreposto aduaneiro existente na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

O estado do Paraná e a CHRYSLER formalizarão um acordo sobre a implementação dos procedimentos aduaneiros e simplificação no trânsito de bens importados.

O Estado do Paraná se compromete em ajudar as negociações da CHRYSLER com o governo Federal para facilitar a implementação dos procedimentos específicos concenente a depósitos (entrepósitos) para bens de capital e vendas sucessivas, de acordo com as regras internacionais.

#### Portos:

As importações devem ser feitas diretamente, sem transitar por outros Estados brasileiros, usando o porto de Paranaguá, o aeroporto de Afonso Pena e a ponte de Foz do Iguaçu. O Estado do Paraná se compromete a criar as condições legais e materiais necessárias para melhorar o desenvolvimento econômico e técnico do porto de Paranaguá e o Aeroporto Afonso Pena, a fim de adequá-los às necessidades e padrões logísticos do projeto.

#### Estradas:

Construção do acesso necessário para garantir a conexão com a estrada principal mais próxima.

#### Infra-estrutura do Distrito Industrial:

Garantia de água e energia elétrica nas quantidades requeridas pelo projeto. E dependendo da localização da fábrica no Estado pode também garantir o fornecimento de gás (G.L.P.).

A tarifa de energia elétrica deve ter uma redução de 25% em relação à tarifa atual.

O Estado se responsabiliza em tomar as medidas necessárias junto aos órgãos públicos competentes para instalação dos serviços de telecomunicação.

#### Terreno e Terraplanagem:

Doação do terreno para a CHRYSLER de acordo com as dimensões requeridas pelo projeto em local a ser definido.

Fazer a terraplanagem indispensável para a construção da fábrica.

#### Transporte Coletivo:

Estabelecer linhas permanentes de transportes coletivos destinadas a garantir o trânsito entre a fábrica e os municípios vizinhos.

Permitir a CHRYSLER a ter acesso ao terminal do aeroporto autorizando o transporte intermodal.

#### Estrada de Ferro:

Construir ou fazer construir uma ramificação da rede ferroviária dependendo da localização do terreno.

Autorizar a CHRYSLER a ter seu próprio terminal no porto de Paranaguá, conectada com a rede ferroviária."

Concedo o aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Ilustre Deputado Romanelli, admiro homens ousados, citaria um exemplo: o Governador Roberto Requião foi ousado no seu Governo. Ao trazer do Uruguai uma série de carneiros, para a pecuária do meu Estado. A agricultura do meu Estado. O Prefeito de Araçongas o Deputado Valdir Pugliesi, foi mais ousado ainda. Quando você entra em Araçongas, você fica feliz de ver aquele Parque Móveis. Aquelas indústrias de Móveis. Tudo bem, começou na época do Deputado Colombino, mas o Deputado Valdir, ele implantou esta geração. O Deputado Valdir continuou a implantação, ia para a televisão, quantas vezes o Deputado Valdir falou no meu programa, da implantação. Admiro os homens ousados. No meu primeiro mandato um Prefeito do Paraná me levou a sua cidade, ele está aqui do meu lado. Quando ele veio para cá, fiquei pensando se ele seria uma farsa, ou uma realidade. É uma realidade. Foi um bom Prefeito, e hoje está sendo um excelente Deputado, Deputado José Maria Ferreira. Toda

a vez que ouço ele falar, presto muita atenção, como presto atenção em Vossa Excelência. O Deputado José Maria Ferreira me levou a Cidade de Ibiporã, talvez ele não se recorde mais, e foi me mostrar o Corpo de Bombeiros, que ele instalou com recursos próprios. Ele, o Alborghetti, vou endividar tudo que tenho, mas vou instalar o Corpo de Bombeiros, dentro da cidade. Vai ser a primeira cidade do interior do Paraná, que vai ter um Corpo de Bombeiros. Fiquei apaixonado, quando cheguei em Ibiporã. O Deputado José Maria me levou a seu gabinete e falou: Agora você vai correr e ver o que estou fazendo com ousadia. Ousadia! E o Deputado José Maria Ferreira, ousou, se endividou, fez o diabo, mas transformou Ibiporã, uma cidade pequena mas que é exemplo de dignidade para os demais Municípios do Paraná.

Vou mais além, o Senhor foi ousado. Queira ou não queira! No Governo Roberto Requião. Quando o Senhor começou a construir casas no interior do Estado do Paraná, contra tudo e contra todos, o senhor provou ao Governador Roberto Requião que a sua plataforma de trabalho iria de encontro às famílias que estavam morando debaixo da ponte neste Paraná e exemplos temos no Estado inteiro das suas mãos, da sua marca. O senhor deixou como Secretário da Habitação no Paraná, uma marca profunda na construção da casa da família. Desminta-me! Eu, como homem de televisão, como Deputado do Paraná acompanhei o seu trabalho e sempre o elogiei, mesmo sendo seu adversário político, mas aplaudi as casas que Vossa Excelência levou no governo Roberto Requião, ao Paraná. Agora, ao ver o meu Governador - Vossa Excelência sabe que não cuspo no prato em que como - trava uma guerra para trazer a RENAULT, trazer a CHRYSLER me preocupa apenas uma coisa, Deputado, no seu pronunciamento. Preocupou-me mais ainda quando o Deputado José Maria Ferreira falou aqui. E Ponta Grossa? e Londrina? e Maringá? e Cianorte? Em Cianorte o Deputado Edno lutou para que houvesse a indústria da moda, mas você vê quando se fala na indústria da moda em Cianorte eu falo, olhando nos olhos dele. Não tenho medo dele, ele é tão Deputado quanto eu. Sofreu para fazer com que Cianorte tivesse a indústria da moda, mas você não vê uma divulgação ampla que

Cianorte é a Capital da Moda do Paraná. Poderíamos aproveitar isso, porque não é só Santa Catarina ou Rio ou São Paulo que têm moda. Cianorte é um exemplo. Quando o Deputado Edno era prefeito e ele foi quem implantou isso, não foi mais ninguém, foi o Edno, arrojado por ter implantado e oferecido recursos para que Cianorte fosse a Capital da Moda. Por isso tenho que homenageá-lo. Agora, preocupa-me o artigo - com todo o respeito que tenho ao jornalista Fernando Rodrigues da Sucursal de Brasília, preocupa-me o que vi na Folha de São Paulo. Preocupou-me o caso de nos primeiros dez anos não pagar 75% de ICMS, 25% das tarifas de energia elétrica vão ser pagas a menor, porque apresentei um projeto junto com o Deputado Annibelli que lutou e brigou comigo aqui e queríamos baixar o preço da energia para as creches, para as APAES, para as entidades filantrópicas que prestavam ajuda às crianças, porque passo por um problema desses. Tenho um neto que é doente e às vezes tenho que mandá-lo para uma entidade na Capital, porque ele está passando por problemas e as pessoas dizem: "você é Deputado, você poderia pedir para baixar um pouquinho o preço da energia elétrica...", mas nós lutamos. Não conseguimos. Agora, baixar 25% nas tarifas de energia elétrica é muita coisa e isto me preocupa. O pronunciamento de Vossa Excelência é de suma importância, Deputado Romanelli. Vossa Excelência veio provar mais uma vez a sua inteligência. Quando sobe à Tribuna, sobe com base, sabe o que está falando. Esse não mente, agora, para finalizar sorno ao seu pronuncia-



mento a preocupação do Deputado José Maria Ferreira.

E Guarapuava? E Londrina? Se oferecermos tudo isso aqui para aquelas "Duchas Corona" em Londrina, teremos as "Duchas Corona" em Londrina. Então serei o primeiro. No primeiro encontro que tiver com o Governador Jaime Lerner também vou pedir as mesmas propostas para que Londrina, porque o meu sonho me perdoe o Deputado José Maria, é ver Cambé, Rolândia, Ibiporã, tudo ligado, o maior parque de empregos da história deste País. tudo isto, porque da maneira como está sendo feito, só trazer, só para a Capital e Região Metropolitana, daqui a pouco, vem todo mundo do interior do Paraná, vai pensar que isto aqui é um mar de rosas, entendeu, e vamos explodir a Capital do Paraná e a Região Metropolitana, e não ter aqueles empregos, que vai se propagar. Então aplaudimos a idéia, mas temos que pensar também no Estado do Paraná. Curitiba não é só Paraná. "No Estado do Paraná".

Temos que levar indústrias para Londrina, para Maringá, para Cascavel, para Foz do Iguaçu, para Astorga, Rolândia, Cambé, para todas as cidades do Paraná.

O Paraná não é só Curitiba, o Paraná é um Estado só, e para mim, que sou paranista, não nasci aqui, mas aqui vou ser enterrado com muito orgulho, o Paraná hoje é o melhor Estado do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostaria de concluir esse pronunciamento, Senhor Presidente, dizendo que encaminhei novamente a esta Mesa um Requerimento de Pedido de Informações, pra que possamos esclarecer definitivamente a esta Casa de Leis, que tem a obrigação constitucional de fiscalizar o Executivo, de saber das condições da vinda da indústria CHRYSLER, o valor de investimento, os benefícios recebidos.

E olha, Deputado Alborghetti, Vossa Excelência falou uma coisa que é muito verdadeira. Quando o Deputado Anibal Khury apresentou a esta Casa uma lei que possibilita ao Governo do Estado oferecer hoje benefícios fiscais para a atração de indústrias para o Estado do Paraná, fez com elevado espírito público, e esta lei foi regulamentada por um decreto que era o bom emprego fiscal do Governador Requião, o governador Jaime Lerner ampliou criando o Programa "Paraná Mais Emprego", tenho o decreto em meu gabinete, depois se Vossa Excelência tiver interesse, lhe passo uma cópia. A regra para ser legítima, ela tem que ser uma regra geral, não pode ser uma exceção para a RENAULT e para a CHRYSLER, a regra tem que ser para todas as empresas. Se vai se dar desconto de tarifa de energia elétrica e possibilitar que a empresa pague com o ICMS, tem que valer para todas as indústrias que estão instaladas no Paraná. Que aqui geram emprego, que aqui na verdade tem tido grandes dificuldades para poder tocar para a frente, e eu não consigo, sinceramente.

Eu que sou Londrinense, lá da Rua Belém, lá da Vila Cazoni, Deputado José Maria, eu que nasci em Londrina, conheço esse Paraná como a palma da minha mão. Sou curitibano. E esse Paraná precisa inteiro ser desenvolvido industrialmente. Não é com essa parafinagem de se trazer a Renault, e de se trazer a Chrysler, que se vai resolver o problema do emprego, da geração de oportunidades, até porque a nossa economia é essencialmente agrícola e agroindustrial, e os 75% dos nossos empregos estão na área do comércio e dos serviços e 9% no setor agropecuário.

Então vejam os Senhores que grandes desafios nós temos para gerar emprego, mas com inteligência, com competência e com seriedade.

Acho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Casa aqui não pode se omitir, não é contra o Paraná quem questiona, quem cobra, o Governo tem que ser aplaudido no que ele fizer de correto, muito bem no que ele extrapolar ou como se diz lá no Oeste, quando se "extradula" na verdade um governo tem que ser questionado por isso, é que nós temos que saber quais são as reais condições.

Por isso, que a Comissão que o Deputado Ricardo Chab, pediu, na minha avaliação, as Lideranças Partidárias devem constituir sim uma Comissão Especial para que se possa acompanhar esses investimentos feito com caráter excepcional que o governo na verdade está trazendo e dando o que ele não pode dar.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a moralidade deve presidir os atos de um governo, e esta Casa aqui não pode se omitir, como bem V.Exa. tem afirmado, a Assembléia tem que fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PDT.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não faria uso da Tribuna, mas devido ao pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli e também do pronunciamento do Deputado Nereu Moura, tenho que esclarecer aqui a questão levantada pelo Deputado Nereu Moura, quanto a questão do frigorífico de São João. O Deputado Nereu Moura, talvez por desinformação ou não falou a verdade quanto a questão do frigorífico de São João. Esse frigorífico que quer se instalar na Cidade de São João, desde o Governo Mário Pereira, vem tentando negociar o empréstimo para se instalar naquela região que se faz necessária, e aí eu concordo com o Deputado Nereu Moura de que a instalação de um frigorífico na região de São João, viria trazer benefícios aos pequenos e médios agricultores. Agora, aquela empresa que está querendo instalar lá, também fui procurado pelo Prefeito de São Jorge e fui a procura e em busca de solução para aquela questão tão necessária para aquela região. Mas, infelizmente a empresa não se qualifica nas condições, nos requisitos para que ela tenha o financiamento para que ela possa se instalar. E essa empresa vem tentando esse empréstimo e esses incentivos, não do Governo Jaime Lerner, desde o último ano do Governo Mário Pereira.

Então que fique claro que não é má vontade nem do Governo Mário Pereira, no seu último ano e nem má vontade do Governo Jaime Lerner.

Quero deixar aqui um desafio ao Deputado Nereu Moura, se ele tiver lá junto aos seus amigos ou alguém que ele conheça que queira os incentivos que a DA GRANJA recebeu para se instalar em União da Vitória. O Governo do Paraná está de portas abertas para levar esse benefício aquela região que é composta de pequenos e médios agricultores como é a região a qual eu represento e que nós tivemos aquela conquista.

Uma outra resposta que eu gostaria de dar aqui aos Senhores Deputados quando fazem o pronunciamento de que estão privilegiando somente a Capital do Estado, estão usando desta "artimanha" para tentar forjar de que o Governador Jaime Lerner só trabalha para a Capital do Estado. Tenho aqui duas provas, e acho que todos nós Deputados podemos fazer um trabalho em favor da nossa região, usando a Lei Anibal Khury e usando a Secretaria de Indústria e Comércio na qual nós temos um Secretário que é o nosso amigo e nosso companheiro.

Nós conseguimos para a região de União da Vitória

investimentos de cento e seis milhões de dólares que é na região sul do Estado do Paraná e não é na Capital do Estado. Também foi conseguido pelo Governador Jaime Lerner instalar em Piên uma empresa no ramo da madeira que fará um investimento de 200 milhões de dólares. Quero responder e trazer aqui a tranquilidade ao Deputado Alborghetti. O Deputado Alborghetti terá a satisfação de também levar indústria aos seus Municípios, a Cambé, a Londrina e a Maringá, agora tudo não pode ser feito num primeiro momento. Isto tem que ficar claro para que nós paranaenses não prejudiquemos o Estado do Paraná. Acredito que o que foi levantado aqui pelo Deputado Romanelli tenha que ser respondido e tenho certeza que será respondido pelo Governo Jaime Lerner porque tudo que estamos fazendo, estamos fazendo dentro da lei. Agora, é uma pergunta que o cidadão e o Parlamentar poderia se fazer a si próprio. Não queremos com isso que seja levantado os incentivos que foram dados a estas empresas que se instalaram no Paraná, agora, a pergunta que nós deveríamos fazer: Se a Chrysler se instalasse no Rio Grande do Sul ou em São Paulo quais seriam os benefícios que o Paraná estaria recebendo a nível de emprego? A outra pergunta: Os incentivos dados no ICMS, a dilatação de prazo que está sendo dada no ICMS, nós estamos dando esta dilatação de prazo de um ICMS que não existe no Paraná, só vai existir se esta empresa se instalar no Paraná. Nós não estamos dando o que nós já temos, nós estamos oferecendo incentivos em cima do que nós vamos ter. E como paranaense digo aos Senhores, apolo as iniciativas do Governo Jaime Lerner porque sei que se nós não dêssemos este incentivo e aí sim nós poderíamos exigir do Governo Federal ou do Congresso Nacional a regulamentação dos incentivos que os Estados poderiam dar mas neste momento de guerra, de incentivos para a instalação de indústrias, o Paraná não está dominando, o Paraná está dando um ritmo acelerado e está dando resposta à população paranaense. Quero dizer aos Senhores Parlamentares de que presenciei eu e o Deputado Algaci Túlio, nosso Líder do Governo, quando levamos esta preocupação de muitos Parlamentares de que só se estava industrializando a Capital do Estado e não estava se levando as indústrias ao interior do Paraná. As duas indústrias que estão vindo para o Paraná, a Renault e a Chrysler, as duas receberam como proposta do Governo do Paraná um estudo em diversas cidades do Paraná, inclusive amanhã virá pela mãos do nosso líder do Governo para mostrar aos Senhores de que foi oferecido áreas em Maringá, em Cascavel, em Ponta Grossa, em Londrina e também em Curitiba, mas qualquer empresário de visão sabe muito bem de que se o objetivo desta empresa que se instala no Paraná é para exportar, é claro que o interesse dela é se instalar o quanto mais perto do Porto de Paranaguá. Eu sou um pequeno empresário e o meu produto é exportado para Inglaterra, Holanda e Irlanda e o custo que eu tenho para que esta pequena produção seja exportada, se eu tivesse a minha empresa em Curitiba ou Paranaguá eu teria um rendimento muito maior. É esta a visão que os empresários estão tendo. Imaginem os senhores nós estamos com uma eleição em Londrina, seria a melhor atitude política do Governador Jaime Lerner chegar em Londrina e dizer: Está aqui a Chrysler para o povo de Londrina para ter emprego, tenho certeza de que se fosse qualquer outro Governador deixaria o anúncio da Chrysler para depois do segundo turno das eleições e só levantaria a hipótese de ir para Londrina, mas como o nosso Governador age dentro da lei e é um homem sério e não é politiquês, age desta forma e por isso muitos opositores não concordam com esta posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra PFL, PPB, PTB, Liderança do Governo. (todos declinam)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 446/96 de autoria dos Senhores Deputados Neivo Beraldin, Algaci Túlio, Valdir Rossoni, João Techy, Reny Borsatto, Plauto Miró Guimarães, Edgar Bueno, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Walmor Trentini e Ricardo Chab, constante do expediente, que dispõe com base no Art. 155, inciso II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dá outras providências.- A C.C.J. para apreciar a Emenda.

Ofício nº 191/96, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando imediata ação desta Mesa Executiva visando enquadrar os Secretários Deni Lineu Schuartz e Ramiro Wahraftig em crime de responsabilidade por não responderem os Pedidos de Informação aprovados neste Parlamento, na data de 29/05/96 e 14/05/96 respectivamente. - Quanto ao item foi respondido através do Ofício nº 2352/96/DA/CEA/SC. Está sendo providenciada a sua remessa.

A resposta encontra-se sobre a Mesa, aguardando a presença do Deputado para receber.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sámis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual de Paranavaí, Ensino de 1º e 2º Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí. Aprovado. (Publ. no D.J. nº 101, de 01.07.96.)

### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/96, que revoga Lei nº 5.175, de 23 de agosto de 1965, a parte referente doação de imóvel ao Clube Operário Beneficente e Recreativo de Iporã e autoriza o Poder Executivo a doar à conferência Vicentina de Iporã, terreno que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 345/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106/95, de 30.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 345/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 345/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 345/95

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, cujo autor é o Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo instituir no Estado do Paraná, o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar.

De parte da Comissão de Constituição e Justiça, o referido projeto de lei recebeu aprovação por não contrariar qualquer dispositivo constitucional.

Em conclusão a nossa análise, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 18.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 345/95

PARECER:

O projeto de lei em questão, de iniciativa do Deputado Eduardo Trevisan, visa a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual.

A iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, devendo integrar o orçamento do Estado para o exercício de 1996.

Ante o exposto, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 107/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar através do Programa, Caminhos da Educação, o Bairro Rural Jerusalém, em Cornélio Procopio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 32/96, de 02.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 107/96

PARECER:

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa, Caminhos

da Educação, o Bairro Rural Jerusalém, em Cornélio Procopio.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em tela tem o caráter autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo para pavimentar um Bairro na Cidade de Cornélio Procopio. Por isso, entende esta Comissão de Constituição e Justiça que não há nenhum óbice para a aprovação do projeto de lei nº 107/96.

CONCLUSÃO

Assim sendo, o nosso parecer é Favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDY PUGLIESI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 107/96

PARECER:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei supra-marginado, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa, "Caminho da Educação", o Bairro Rural Jerusalém, no Município de Cornélio Procopio.

Sendo submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice a sua normal tramitação, tendo em vista possuir caráter meramente autorizatório.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 107/96

PARECER:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que autoriza o Poder Executivo Estadual a pavimentar, através do Programa "Caminhos da Educação" o Bairro Rural Jerusalém, no Município de Cornélio Procopio.

De acordo com o § 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete à Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irieneu Colombo e Eduardo Trevisan, que torna obrigatório a qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 13.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 174/96

Curitiba, segunda, em 04.11.96

Ao exame e parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos nobres Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, dispondo sobre o trânsito de veículos, para tornar obrigatório o uso de faróis ligados à luz baixa, permanentemente.

O projeto em questão não tem viabilidade de tramitação, por inconstitucionalidade material, visto como é da competência legislativa privativa da União a matéria referente a trânsito, nos termos do artigo 22, inciso XI da Constituição Federal.

Diante da inconstitucionalidade, opinamos contrariamente ao projeto.

Parecer contrário.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CAITO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 174/96

PARECER:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan que "torna obrigatório a qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis baixos acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná".

De acordo com o § 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/96, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no Município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 27.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 402/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que visa declarar de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no Município de Palmas.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvío Magalhães Barros, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 27.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 403/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvío Magalhães Barros, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CAITO QUINTANA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Seara Espírita Mãe Apolonia, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (publ. no D.A. nº 130, de 28.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 405/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que visa declarar de Utilidade Pública a Seara Espírita Mãe Apolonia, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 02.09.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 413/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta Capital.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 10



1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/96, que altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 17.09.96, Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 432/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa alterar a redação da Lei Complementar nº 076/95, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 432/96

#### PARECER:

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/96, altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

#### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

#### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

#### Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Senhor

Presidente, queríamos também o encaminhamento ao item 5 da pauta, mas já está aprovado e é este o nosso interesse. Quanto ao item 10 temos uma discussão a ser feita ainda com relação a este projeto especialmente no que regulamenta os leilões, porque muda o sistema de permissão e concessão e há o interesse do Governo do Estado de fazer a privatização da FERROESTE e toda discussão ainda acho que é muito rápida, todo o processo está vindo de cima para baixo, não está sendo envolvida a sociedade paranaense e muito especial os Deputados que representam a sociedade e a forma como se dá e ainda mais a proposta do Governo do Estado de querer oferecer a privatização através de leilão com lance mínimo de 30 milhões quando a obra vale mais que 300 milhões.

Então, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está votando contra este projeto, primeiro porque nós temos uma idéia consolidada para onde vai andar esta lei e segundo que os interesses não estão muito claros, estão muito escondidos, interesses desse projeto de lei. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Com voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 080/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visando atender despesas com obras de reforma e ampliação do Complexo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 145, de 14.10.96, Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 448/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo visa aprovar crédito suplementar de R\$ 3.000.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, e por visar atender despesas com obras de reforma e ampliação do Complexo do TECPAR.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação (Anexo II).

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 448/96

#### PARECER:

#### Relatório

O presente projeto de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 080/96, aprova crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), visando atender despesas com obras de reforma e ampliação do Complexo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

#### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

#### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

### Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas gostaria que Vossa Excelência determinasse ao Serviço de Taquigrafia que registrasse o meu voto contrário ao Projeto de Lei nº 174/96, que estabelece que os veículos devem andar de luz acesa durante o dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1288, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, já fiz contato com o autor do requerimento, Deputado Péricles, estou repassando ao Deputado Péricles as informações a respeito deste requerimento. Acredito que o Deputado se sente já satisfeito e deverá pedir a retirada deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento retirado.

Requerimento nº 1302, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, na semana passada, me parece que houve o entendimento da Comissão Executiva da Casa, mais o autor do requerimento, que haviam sido derrubados por este Plenário. Mas nós entendemos que deveria ser formada aquela Comissão.

Não vejo a necessidade da volta deste requerimento, uma vez que Vossa Excelência ainda vai tomar uma decisão em relação à instalação desta Comissão Especial, que vai tratar do caso.

Eu pediria a Vossa Excelência que este requerimento não fosse recebido pela Mesa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria esclarecer a Vossa Excelência, que na verdade, a discussão que tratávamos na semana passada foi sobre o requerimento sobre a vinda da Renault. Certamente, o Deputado Algaci Túlio, asoberbado, não prestou muita atenção. Este é sobre a Chrysler.

Acabei de receber um documento, aqui, agora, que é uma análise do economista Celso M., do presente, para a Chrysler. Segundo ele, seiscentos milhões de reais, o total que vai para a Chrysler, uma fábrica que vale trezentos e quinze.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A respeito da composição da Comissão que irá examinar as negociações com a Renault, esta Presidência tem que informar ao Plenário o seguinte:

Não tem condições para nomear a Comissão somente constituída de cinco membros. A Mesa tem de obedecer o critério da maioria e da minoria. Nos cargos seriam três representantes dos Partidos que apoiam o Governo e dois representantes dos Partidos que militam na oposição. O autor do requerimento tem presença obrigatória, que é o Deputado Ricardo Chab. A Mesa sugere que se aumente o número de Deputados para ver a possibilidade de se nomear de acordo com a tradição da

Casa e o Regimento Interno.

Aguardo este requerimento na sessão de amanhã.

Requerimentos nºs 1290 a 1292, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1294, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1295 a 1297, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Beto Richa, Cezar Silvestri e Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimentos nºs 1303a 1305, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1307, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1309, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1310 a 1315 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1316 e 1317, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1318 e 1319, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Péricles Mello, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone e Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1320, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Emerson Nerone, Angelo Vanhoni e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1321, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1322, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345/95, 107, 174, 402, 403, 405 e 413/96; e

do Projeto de Lei Complementar nº 432 e 448/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 418/96;

e do Projeto de Resolução nº 043/96.

Levanta-se a sessão.

SA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Chiqueiro limpo"

Transcrição:

Jornal O Estado do Paraná.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CA-

Esta coluna entende de suinocultura tanto quanto o senador Osmar Dias entende de imprensa.

■■■■■

Ficou aqui registrada estupefação quando o senador Osmar Dias, que foi durante oito anos secretário da Agricultura, protestou contra gesto do governador interino Aníbal Curi fechando o trânsito de produtos de origem animal vindos de Santa Catarina.

Nem se tratava de defender o gesto de represália do guru. Dizia-se que atuou na sua visão quitandeira do mundo. Se não posso vender minhas bananas também não compro as suas mexericas.

O senador Osmar Dias julgou-se ofendido, injustiçado, pelos conceitos aqui emitidos. Disse que colocou lá sua postura sob análise da imprensa em entrevista coletiva. A bandidarada do jornalismo omitiu opinião técnica e deu realce ao seu protesto contra o gesto de Aníbal Curi, que afinal decidiu politizar uma circunstância de conflito de interesses entre Paraná e Santa Catarina.

É preciso historiar. O Ministério da Agricultura emitiu portaria proibindo o ingresso de animais criados no Paraná em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa portaria foi pouco depois derogada. O governo catarinense restabeleceu a proibição. Só Aníbal, o Paraná retribuiu, também vedando o ingresso de produtos animais catarinenses ou gaúchos no mercado paranaense.

Parecia briga de comadres. O senador Osmar Dias colocou-se em posição crítica, na medida em que os dois estados vizinhos haviam expurgado a febre aftosa e o Paraná não.

■■■■■

Nada como um Dias atrás do outro. O senador está colocado como um dos possíveis candidatos ao governo do Paraná, daí irritar-se com um comentário sobre a sua atuação. Acusou a imprensa de haver publicado seus comentários em entrevista coletiva,

sem registrar os aspectos técnicos para enfatizar um antagonismo inexistente com o governador Aníbal Curi.

No comprometimento da imprensa esta coluna não colaborou. Só registros que, antes de reclamar contra a barreira no trânsito de animais, o nosso secretário da Agricultura deveria dizer por que nossos animais são mais doentes que os outros.

O senador incutiu a contrabando. O foco de febre aftosa foi detectado em São Jorge do Patrocínio, conseqüente de importação ilegal de animais mortos do Paraguai.

O senador Osmar Dias, para assegurar sua notória competência, invocou prestígio junto ao líder desta organização, companheiro Paulo Pimentel. Entende de suinocultura, desconhece a ética preciosa que rege as relações entre pessoas no potreiro da imprensa.

O senador agiu como aquele camarada que pergunta: - Você sabe com quem está falando?

■■■■■

Na visão principal o senador paranaense tem toda a razão. O Brasil compartilha como país vantagens e desvantagens. É impossível dizer que uma zoonose ataca rebanhos paranaenses e respeita as fronteiras políticas do Estado vizinho. O resultado verdadeiro do confronto fronteiriço foi de sobrelucros do oligopólio que industrializa suínos, em prejuízo dos criadores paranaenses.

Com o debate que permeia feina política, a carne de porco caiu de preço 20%, favorecendo um setor industrial feliz.

Os esclarecimentos oferecidos pelo senador criam muita oportunidade para o setor de agropecuária. Feitos a esta coluna soarão como verdade delicada. A denúncia travada está num fato que as autoridades do setor precisam investigar. A proibição de trânsito de animais exclui os criadores chamados de "integrados" pelos frigoríficos.

É um assunto de aparente portaria, mas que tem importância significativa para a economia do Paraná. Levando a uma pergunta oportuna: por que este Estado não tem um frigorífico do porte da Sadia?

Uma avaliação feita por uma missão italiana em abril deste ano sobre o trabalho do pessoal das laboratórios fez um para o diagnóstico correto da peste suína clássica revela que existem deficiências no sistema de defesa sanitária dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A visita de dez dias dos técnicos italianos teve como objetivo doar ao as redes sanitárias afetadas, nos dois estados, para um possível intercâmbio comercial com a União Europeia. Mais do que a febre aftosa, a peste suína clássica tem sido a principal doença restrita à importação de carne suína pelos países europeus.

O documento por muito tempo mantido em sigilo, mostra que apesar de os serviços veterinários disporem de recursos humanos de qualidade e com alta motivação para o trabalho, a execução dos diagnósticos laboratoriais locais de doença infecciosa grave, o serviço oficial não ocorre jamais na criação e não tem conhecimento direto do status sanitário das granjas.

O Estado de Santa Catarina afirmou que em Santa Catarina o controle sanitário dos veterinários, as atividades de fiscalização e controle sanitário e a fiscalização dos produtos de origem animal são realizados por diferentes órgãos. No entanto, não há uma fiscalização efetiva, o que pode levar a problemas de saúde pública e profissional, pois os serviços sanitários oficiais precisam de uma fiscalização efetiva, o que pode levar a problemas de saúde pública e profissional, pois os serviços sanitários oficiais precisam de uma fiscalização efetiva.

Quando ao Rio Grande do Sul, o documento mostra que existem pouquíssimos veterinários, que os problemas de saúde pública em função da doença restrita para os



A manutenção da Região Sul e Brasil, os serviços sanitários e de saúde. Uma das características das organizações dos serviços sanitários é a pouca fragmentação e a dificuldade de presença de modalidades de diagnóstico existentes entre várias organizações (federal, estadual, municipal, estaduais e laboratórios) para a realização de missão.

Sobre os laboratórios oficiais, o documento diz que, em particular, em Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, há um nível de polêmicas face às enfermidades. Uma avaliação feita em 1995, por exemplo, levou, por parte do governo do Rio Grande do Sul, a uma avaliação da Flórida, onde também está com um nível de polêmicas face às enfermidades.

Segundo ainda que a coleta de amostras foi feita segundo critérios não representativos de uma população de animais e que não houve, portanto, outros critérios para a coleta de amostras.